

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E
O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BA**

SHIRLEY DE SOUZA FÉLIX SUEDDE

CRUZ DAS ALMAS - BA
ABRIL - 2016

SHIRLEY DE SOUZA FELIX SUEDE

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO
DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BA**

Dissertação submetida ao Colegiado de Curso do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CRUZ DAS ALMAS - BA

ABRIL - 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E SEGURANÇA SOCIAL**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
SHIRLEY DE SOUZA FELIX SUEDE**

Prof^a. Dr^a. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(Orientadora)

Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Júnior
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Dr. Aristóteles Pires de Matos
Embrapa Mandioca e Fruticultura

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em,
conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social
em.....

À minha amada família.

“Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural, são criações humanas.”

(Josué de Castro)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por todas as bênçãos e pela sua fidelidade.

À minha mãe Lindinalva, minha maior inspiração de força e coragem, meu pai, (in memoriam), Carlos, meu eterno herói pelo amor e valores transmitidos.

Ao meu esposo Wilson (Marolla), pelo incentivo aos meus planos e por sonhar junto comigo.

Aos meus filhos Leonardo e Lara, pelo amor incondicional e compreensão as minhas ausências.

Aos meus queridos irmãos, Charles e Sheila por todo carinho e amizade.

Aos meus queridos afilhados Haninho e Nayara por me transmitir tanto amor e tanta confiança.

A minha sogra Célia, por tantas palavras sábias e fortalecedoras,

A toda minha família, pelo estímulo e interesse pelas minhas conquistas.

Ao meu cunhado, em especial a João Suedde, pelo apoio em etapa importante da pesquisa.

Ao querido Adelco pelo apoio, receptividade e por ser tão solícito.

À querida amiga Jordana, uma irmã, que Deus me presenteou.

As “puras” amigas carinhosamente apelidadas pelo companheirismo no voleibol, pelos momentos de lazer e alegria que me serviram de “combustível” para continuar minha jornada.

Aos meus queridos chefes Dr. Domingo Haroldo, Pedro Brazil e Marcelo Amaral que juntos permitiram que eu pudesse cursar este mestrado confiante na importância dos resultados para meu desenvolvimento profissional.

Ao Dr. Loyola pelo acolhimento na Embrapa e incentivo pelo meu desejo de aperfeiçoamento.

A minha orientadora, Dr^a. Rosineide Mubarack, pela dedicação e profissionalismo, a quem terei eterna gratidão.

Às queridas Simone, Lucidalva e Áurea pelo apoio.

Aos queridos Dr. Clovis Almeida e Dr. Aristóteles, pelo incentivo e apoio.

Aos colegas da turma de mestrado pelo companheirismo, colegas da Embrapa e professores da UFRB em especial, o querido professor Dr. Almassy e professora Dr^a Suzana que contribuíram de forma grandiosa para o desenvolvimento deste mestrado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR... 23	23
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E O ÊXODO RURAL	23
2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA	26
2.2.1 Princípios.....	28
2.2.2 Fundamentação legal.....	29
2.2.3 A Evolução Histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	33
2.2.4 PNAE: funcionamento, execução e fiscalização	39
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO.....	41
2.4 PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO LOCAL.....	43
3. O AGRICULTOR FAMILIAR DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES E SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	46
3.1 O MUNICÍPIO DE TANCREDO NEVES	46
3.1.1 História e Características Demográficas.....	46
3.1.2 Características Econômicas.....	48
3.2 CASA FAMILIAR RURAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES (CFR-PTN)	49
3.3 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO INTEGRADO COM SUSTENTABILIDADE DO MOSAICO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BAIXO SUL DA BAHIA (PDCIS)	55
3.4 COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - COOPATAN.....	56
3.5 UNIÃO DE MORADORES DE CORTE DE PEDRA	64
3.6 O PNAE NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES	66
3.7 OLHAR DOS AGRICULTORES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	67
3.7.1 Sexo dos Participantes.....	70
3.7.2 Faixa Etária	70
3.7.3 Estado Civil.....	71
3.7.5 Envolvimento da família no trabalho	71
3.7.6 Tempo de Fornecimento de Alimentos da Agricultura familiar para as Escolas.....	72
3.7.7 Orientação para o fornecimento para as escolas	73
3.7.8 Dificuldades no Fornecimento.....	73
3.7.9 Melhorias no Programa	74
3.7.10 Melhoria da Renda com a Venda de Alimentos para as Escolas	75
3.7.11 Ações de Incentivo da Escola	75
3.7.12 Incentivos para o Programa	75
3.7.13 Orientações sobre Manejo, Higiene e armazenamento de Alimentos	76

3.7.14 Treinamento - Cursos.....	76
3.8 OLHAR DOS GESTORES DE ESCOLAS E GESTORES MUNICIPAIS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	77
3.8.1 Ações de incentivo da escola para adesão ao PNAE da Agricultura familiar.	81
3.8.2 Pontos Frágeis do PNAE- Registro CAE	81
3.8.3 Incentivo para a Adesão à Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar	82
3.8.4 Cardápio com produtos da Agricultura Familiar	82
3.8.5 A Licitação como um entrave para utilização de um cardápio saudável.....	83
3.8.6 Auditoria Equipe Técnica de Nutrição.....	83
3.8.7 Melhorias no Processo Compra.....	84
4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS	85
5. CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. População residente nas regiões metropolitanas brasileiras entre os anos 1991-2014.	24
Quadro 2. Êxodo rural no Brasil nos anos de 1950 a 1995.	25
Quadro 3. Diretrizes do PNAE.	29
Quadro 4. Fundamentação legal.	30
Quadro 5. Evolução do orçamento do PNAE entre os anos de 2000 a 2015.....	37
Quadro 6. Porcentagem dos municípios e estados por regiões do Brasil que compraram gêneros da agricultura por meio do PNAE, em 2010.	37
Quadro 7. Comparativo entre municípios do percentual do PNAE investido na Agricultura familiar entre os anos 2011-2014.....	38
Quadro 8. Características demográficas do município de P. Tancredo Neves – BA.	48
Quadro 9. Características Econômicas de Tancredo Neves (BA), 2010.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Sexo dos entrevistados.....	70
Tabela 2. Faixa etária dos entrevistados, 2015.	70
Tabela 3. Estado Civil dos entrevistados 2015.	71
Tabela 4. Tempo que trabalha com a agricultura familiar.	71
Tabela 5. Envolvimento da família no trabalho.	72
Tabela 6. Tempo que fornece alimentos para as escolas.....	72
Tabela 7. Informação da possibilidade de fornecer para a agricultura familiar.....	73
Tabela 8. Dificuldades no fornecimento.....	74
Tabela 9. Melhorias no Programa.....	74
Tabela 10. Melhorias da renda.	75
Tabela 11. Orientações sobre o manejo, higiene e armazenamento de alimentos.	76
Tabela 12. Pontos frágeis do PNAE- Registro CAE.....	82
Tabela 13. Licitação como Entrave- Utilização Cardápio Agricultura Familiar.....	83
Tabela 14. Período Visitas – Equipe Técnica de Nutrição.	83
Tabela 15. Melhoria Processo de Compra e Venda- Produtos Agricultura Familiar.	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista aérea parcial do município de Presidente Tancredo Neves (2014).....	47
Figura 2. Prédio administrativo e centro pedagógico da Casa Familiar Rural de Tancredo Neves.	50
Figura 3. Sala de informática da Casa Familiar Rural – CFR.	51
Figura 4. Biblioteca da Casa Familiar Rural – CFR.	51
Figura 5. Funcionário da CFR.	51
Figura 6. Ex-estagiário da EMBRAPA e atual diretor da CRF.	52
Figura 7. Municípios do Território do Baixo Sul.	55
Figura 8. Indústria de farinha da COOPATAN.....	57
Figura 9. Sala de higienização da sala indústria de farinha - COOPATAN.....	58
Figura 10. Recebimento e corte da mandioca na indústria de farinha - COOPATAN.	59
Figura 11. Cartão de rastreabilidade do produto.	60
Figura 12. Espaço de recebimento, lavagem e separação das frutas.	61
Figura 13. Caminhão descarregando a mandioca.....	61
Figura 14. Fábrica de ração.	62
Figura 15. Campo experimental.	63
Figura 16. Produto da Agricultura familiar.	65

LISTA DE ABREVIATURAS

ABREVIATURAS	SIGNIFICADOS
ACFR-PTN	Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAES	Conselhos de Alimentação Escolar
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFR	Casa Familiar Rural
CMATER	Conferência Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CECANES	Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIS	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Educando
Ee	Entidade Executora
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAE	Fundação de Amparo Escolar
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
IDC	Instituto de Direito e Cidadania
LDB	Lei de Diretrizes da Educação
MP	Ministério Público

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUEDDE, S. DE S. F. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desenvolvimento da Agricultura Familiar no município de Presidente Tancredo Neves – BA.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016.

RESUMO: A pesquisa, do tipo exploratória visa analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE como fator de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves. Para tanto a população escolhida para aplicação do instrumento da coleta de dados foram quatorze agricultores familiares, a entidade executora no município e quatro diretores de escolas por serem eles os atores estratégicos envolvidos no Programa. A técnica utilizada foi de Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório a partir do estudo de caso dos agricultores familiares do município de Presidente Tancredo Neves no período de 2013 a 2015. Foram realizadas 22 entrevistas que correspondem a população desta pesquisa. Os resultados obtidos revelam que informação e capacitação sobre o PNAE constitui-se em uma ação necessária para atender as demandas dos Agricultores Familiares, tendo em vista que boa parte deles não conseguem acessá-lo pela falta de conhecimento. A pesquisa revelou ainda que apesar de alguns agricultores conseguirem acessar o PNAE, o que é um importante avanço na comercialização da comunidade, muitos apontam que é um mercado que ainda não é suficiente para garantir o comércio regular reflexo do reduzido percentual atribuído à agricultura familiar, fazendo com que boa parte da produção não seja comercializada.

Palavras Chave: Agricultura familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar; Tancredo Neves.

SUEDDE, S. DE S. F. **National School Feeding Programme (PNAE) and the family farm development in the municipality of Presidente Tancredo Neves – BA.** Dissertatiion (Master'sdegree) – Graduate Program in Public Policy Management and Social Security , Federal University of Bahia Reconcavo , Cruz das Almas, 2016 .

Abstract: The research, exploratory aims to analyze the National School Feeding Programme - PNAE as family agriculture development factor in the municipality of Presidente Tancredo Neves. Therefore the population chosen for implementation of the data collection instrument were fourteen farmers, the executing agency in the city and four directors of schools they are strategic actors involved in the program. The technique used was qualitative, descriptive and exploratory character from the case study of family farmers from Tancredo Neves President of the municipality from 2013 to 2015 were conducted 22 interviews that match the population of this research. The results reveal that information and training on the PNAE constitutes a necessary action to meet the demands of family farmers, given that many of them can not access it by lack of knowledge. The survey also revealed that although some farmers get access PNAE, which is an important step forward in the commercialization of the community, many point out that it is a market that is still not enough to ensure regular trade reflecting the reduced percentage attributed to family farming, making much of the production is not sold.

Key words: Family farming, National School Feeding Programme; Tancredo Neves.

1. INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro é caracterizado por enormes desigualdades, seja no âmbito social, econômico, político e até mesmo ambiental. Essas desigualdades passaram a ser cada vez mais perseguidas na esperança de amenizá-las e se alcançar um desenvolvimento equilibrado em todo país. Assim, o reconhecimento da alimentação como um direito humano, vem gerando políticas de estímulos ao crescimento da produção agroalimentar, muitas vezes carentes de uma coesão e interação social local para a efetivação da política. É fundamental entender o papel e atuação dos atores envolvidos na construção de caminhos alternativos aos entraves existentes como também as relações entre produtores e consumidores.

O tema dessa investigação é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma política social pública que atende a alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em caráter suplementar. Parte-se do princípio que esse Programa garante o acesso ao alimento saudável de forma igualitária, regular e permanente, bem como é um Programa incentivador quando prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino, abrindo a possibilidade de adquirir gêneros alimentícios de produtores locais e beneficiar pequenos agricultores e comerciantes.

As políticas sociais, focadas na agricultura familiar perpetuando programas de alimentação escolar, podem gerar enormes ganhos, que vai desde a eficiência na gestão dos recursos públicos, como também um importante mecanismo de diminuição da desigualdade social em uma região, promovendo formas realmente participativas e de melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares fortalecendo a organização da produção familiar.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE como fator de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa foi necessário concretizar os seguintes objetivos específicos: (1) identificar as reais dificuldades dos agricultores familiares em se vincular ao Programa no município de Presidente Tancredo Neves; (2) caracterizar e agrupar as dificuldades pelos diferentes níveis; (3) propor cartilha informativa que minimizem as dificuldades mapeadas.

Para seguir em frente com os objetivos específicos, a natureza da pesquisa teve como condução metodológica, primeiramente, a pesquisa bibliográfica, que consistiu em analisar as pesquisas anteriores a qual ofereceu o quadro teórico norteador das categorias analíticas. Foram utilizadas fontes de evidência: (1) dados secundários de documentação - Inicialmente com uma revisão de documentos federais e estaduais relativos ao PNAE, termo de convênio, relatório de atividades, pareceres técnicos, abrangendo a consulta às leis, normas, diretrizes que abarcam a legislação concernente ao PNAE, embasando assim, a pesquisa através dos ditames legalísticos. (2) entrevistas – As entrevistas foram do tipo semiestruturada.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, porém garantindo a fidedignidade dos dados através do sigilo dos nomes dos entrevistados, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para investigação dessa temática, empregou-se um estudo de caso e documental com abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório utilizando o município de Presidente Tancredo Neves como o *lócus* da pesquisa tendo pesquisado os agricultores familiares do município.

A técnica de pesquisa consistiu em entrevista, baseada em um roteiro previamente elaborado, composta por perguntas fechadas aplicadas aos atores estratégicos, com foco investigativo na intenção de consolidar as informações: a entidade executora; unidades escolares (diretores), e os agricultores familiares participantes do programa. As informações foram captadas após consentimento informado dos depoentes.

A pesquisa de campo com coleta de dados através de entrevista focada e semiestruturada (Apêndices A e B), permitiu uma maior interação com os profissionais que lidam diretamente com a operacionalização do programa, com os encaminhamentos/solicitações, orientações, aquisição e entrega de alimentos no município de Presidente Tancredo Neves/BA. A participação dos entrevistados nesta pesquisa foi voluntária e se deu por meio de resposta a entrevista, com uso

do recurso de áudio gravação, para permitir uma transcrição fidedigna das falas, sendo que somente foram utilizadas na análise dos dados as falas previamente autorizadas.

O universo da pesquisa de campo a princípio seria constituído pelos seguintes sujeitos: Entidade Executora do município; agricultores familiares (14); diretores escolares (04); auxiliares da alimentação (10); Conselho de Alimentação Escolar – CAE (7); estudantes beneficiados (10).

Entretanto em virtude de algumas dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, abrangeu-se apenas 14 agricultores familiares, a entidade executora no município e 04 diretores de escolas, suprimindo os demais atores, muito embora se reconheça a importância de todos eles.

Para a coleta dos dados as técnicas utilizadas foram de Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório a partir do estudo de caso dos agricultores familiares do município de Presidente Tancredo Neves no período de 2013 a 2015.

Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com uma amplitude de conceitos, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que condiz a um espaço de relacionamento mais minucioso, dos processos e dos fenômenos que não podem ser restringidos à operacionalização de variáveis. Neste sentido, a pesquisa qualitativa como modalidade de processo investigativo que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam constatar, comparar e classificar os componentes de um sistema complexo de significado constitui o método mais adequado aos objetivos da pesquisa.

Os participantes da pesquisa tomaram ciência dos possíveis riscos que poderiam ocorrer no momento da entrevista, por exemplo: a unidade executora/gestores poderia ficar constrangida em emitir sua opinião sobre o programa e o fornecimento de alimentos da agricultura familiar, desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de trabalho, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades do dia a dia, a necessidade de disponibilização do seu tempo.

Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências foram tomadas, assim sendo, da possibilidade de escolha de um ambiente que o participante da pesquisa se sentisse mais a vontade para realização da entrevista, definição de um tempo que não alterasse

significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe fosse mais conveniente para agendamento da entrevista.

Visando assegurar a privacidade do participante, a pesquisa garantiu o sigilo dos dados informados nas entrevistas e do nome do entrevistado.

Ficou esclarecido para o entrevistado que ao aceitar participar da pesquisa o mesmo estaria contribuindo para aumentar o conhecimento dos estudiosos envolvidos nesta área, como também a importância de um acompanhamento das reais dificuldades dos agricultores familiares do município de Tancredo Neves, através dos possíveis diagnósticos e com o resultado da pesquisa os mesmos poderiam ser minimizados.

Se depois de consentir a sua participação os atores envolvidos na pesquisa desistissem de continuar participando, teriam o direito e a liberdade de retirarem seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja anterior ou posterior a coleta dos dados, sua decisão seria soberana, não importando o motivo que levasse a tal, entretanto não foi registrado nenhum acontecimento dessa natureza. Ressalto que os participantes não tiveram nenhuma despesa e também não receberam nenhuma remuneração por participar desta pesquisa.

A pesquisa terá seus resultados analisados e publicados, na dissertação do Mestrado da UFRB e publicações em Revistas e eventos científicos, mas a identidade dos entrevistados será preservada mantida sigilosamente. Os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido serão mantidos por um período de cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora.

Como retorno dos resultados, os atores envolvidos serão beneficiados pela pesquisa indiretamente a médio e longo prazo, já que o produto desse trabalho se configura em uma proposta de cartilha informativa que minimize as dificuldades mapeadas dos agricultores familiares em atender ao Programa no município de Presidente Tancredo Neves, que oportunamente Segundo Leite (1996) os conhecimentos gerados, devem ir além da simples contemplação.

[...] o conhecimento gerado - retratado nas publicações e coleções científicas e concentrado em poucos especialistas, sob forma de know-how - representa recursos informacionais que não podem ficar nos limites dos campos de pesquisa, acervos e laboratórios, tampouco pode continuar como simples objeto de contemplação, ou com a função restrita de dar subsídios científicos a comunidades especializadas, em seu trabalho de gerar novos

conhecimentos, igualmente especializados. Este saber só tem valor e alcança seu objetivo no momento em que pode ser utilizado pela sociedade como um todo, ajudando as comunidades a conhecer sua história, a entender a razão de seus principais problemas sociais, de saúde, alimentação, educação, moradia, degradação do meio ambiente (LEITE, 1996, p.60).

Todos participantes da pesquisa receberam uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices C e D) e poderá ter acesso ao conteúdo integral do trabalho na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, ou solicitar uma cópia deste projeto sem custo algum, por e-mail ou telefone, já informado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O conteúdo será disponibilizado como benefício social, que o levará a conhecer melhor ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e ter acesso aos procedimentos e estudos realizados por esta pesquisa.

Em 25 de novembro de 2015, foi realizada pela Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves, a 1ª Conferência Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER , cujo tema “Ater, agroecologia e alimentos saudáveis” contou com a participação de várias autoridades do município e importantes atores da agricultura familiar, caracterizando-se por um momento valioso de discussão, debate e norteador de estratégias para construção de propostas de políticas públicas de ATER para a agricultura. A realização desta conferência foi um marco importante para o município e para a presente pesquisa, tendo em vista que foi um dos momentos aproveitado pela pesquisadora, para coleta de dados.

O contato com os atores envolvido em diferentes momentos da pesquisa possibilitou levantar informações sobre o objeto em estudo, aprimorando a sua compreensão. Assim, a pesquisa exploratória forneceu subsídios para alcançar os objetivos da pesquisa, estimulando os entrevistados a pensar e falar livremente, incorrendo em características subjetivas, atingindo motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea, contribuindo para ratificar ou mesmo trazer novas análises sobre o programa, através de diferentes olhares, os quais lidam, com entraves, benefícios e perspectivas, relacionadas a procedimentos concernentes ao PNAE.

Para facilitar a compreensão, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, incluindo essa breve introdução abordando sobre a relevância do estudo, objetivo, justificativa o caminho metodológico percorrido. O capítulo que se segue, traz um

detalhamento sobre o PNAE no Brasil, características, princípios e diretrizes da política, sua aproximação com a agricultura familiar.

O terceiro trás uma abordagem sobre o PNAE e a agricultura familiar no município de Tancredo Neves, incluindo suas entidades representativas. O quarto capítulo descreve os resultados desta pesquisa, demonstrando o Programa no município de Presidente Tancredo Neves, sobre diferentes olhares dos atores envolvidos, baseados na coleta de dados no lócus da pesquisa, pontuando, desafios e dificuldades para a efetivação de tal política pública. E por fim a conclusão do trabalho.

2.PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo está didaticamente organizado de maneira que se compreenda a evolução histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), suas características, princípios e diretrizes da política, enfatizando uma nova fase do programa a partir da aprovação da Lei Federal de nº 11.947, em junho de 2009 com avanços técnicos e operacionais, abrindo a possibilidade de melhoria nas condições alimentares dos alunos beneficiários do programa. Na sequência é feita uma abordagem sobre a aproximação do programa com a agricultura familiar, suas características e seus princípios.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E O ÊXODO RURAL

O êxodo rural corresponde ao processo de migração em massa da população do campo para as cidades, fenômeno que costuma ocorrer em um período de tempo considerado curto, como o prazo de algumas décadas (PENA, 2014). Sem dúvida isso ocorreu principalmente na região Nordeste do Brasil onde as taxas migratórias foram acentuadas. A recessão e estagnação econômica, bem como as secas foram os principais motivos do êxodo rural nas décadas passadas desde 1940.

É fato que nas últimas décadas, no Brasil, aconteceu uma forte urbanização¹, preconizada por forte êxodo rural, acompanhada de acentuada convergência demográfica, sobretudo nas grandes cidades e áreas metropolitanas. Conforme o IBGE cerca de 30% da população urbana está concentrada em apenas nove regiões metropolitanas, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis por de 57% da população brasileira em espaços metropolitanos (Quadro1) (BRASIL, 2010, p.01).

¹ Demograficamente, o termo urbanização denota a redistribuição das populações das zonas rurais para assentamentos urbanos.

Quadro 1. População residente nas regiões metropolitanas brasileiras entre os anos 1991-2014.

Regiões Metropolitanas	População						
	1991		2000		2014		Evolução
	Total	%	Total	%	Total	%	%
Belém	1.332,723	3,12	1.759.990	3,50	2.129.515	1,05	59,0
Curitiba	1.998,807	4,68	2.713,332	5,39	3.414.115	1,68	70,8
Fortaleza	2.303,645	5,40	2.852,514	5,66	3.818.380	1,88	65,7
Salvador	2.493,424	5,84	3.012,572	6,00	3.919.864	1,93	57,2
Recife	2.871,261	6,73	3.455,174	6,86	3.887.261	1,92	35,3
Porto Alegre	3.026,029	7,09	3.510,794	6,97	4.161.237	2,05	37,5
Belo Horizonte	3.431.455	8,04	4.269,456	8,48	5.767.414	2,84	68,0
Rio de Janeiro	9.796,498	22,9	10.894,15	21,63	11.973.505	5,91	22,2
São Paulo	15.416,41	36,1	17.878,79	35,51	20.935.204	10,32	35,8

Fonte: IBGE, 2010a. Censo Demográfico.

É importante notar que entre 1991 e 2014 houve um crescimento populacional nas regiões metropolitanas de até 65,7%. Embora segundo dados do IBGE (2010) nas décadas passadas esses número era muito maior. “Em 1970, nada menos que 43,5% da população urbana brasileira concentrava-se em 10 núcleos com mais de 500 mil habitantes. Em 1991, esta proporção caiu apesar do avanço da urbanização – para 33,6%” (ABRAMOVAY, 1999, p. 03).

A urbanização provocou o “inchaço” das cidades e trouxe graves consequências econômicas e sociais nas áreas urbanas. Por conta da rapidez desse processo, ocorreu também a precarização de infraestrutura urbana, incluindo transportes, emprego, energia, água, saneamento, moradia e saúde, que se mostram insuficientes para atender toda a população. Além disso, o adensamento sem planejamento da população gerou várias consequências negativas à vida urbana, a exemplo de tráfego intenso de veículos, sobrecarga do transporte urbano, enchentes, poluição, especulação imobiliária e aumento da favelização.

Segundo Gomide (2006), em uma pesquisa de mobilidade urbana realizada em todo o Brasil, envolvendo cidades com mais de 100.000 habitantes, foi pesquisada a opinião das pessoas sobre os problemas das cidades. As respostas foram: violência 62%, saúde 41%, desemprego 38%, transporte 20% e educação 13%. Milaré (2005) revela preocupação quanto a este fato:

Os elevados índices de urbanização e, inversamente, os baixos níveis de urbanismo² vêm criando situações insustentáveis para o Poder Público e a coletividade. O inchaço doentio dos centros urbanos (aumento desregrado da população) não tem encontrado o contrapeso das estruturas urbanas necessárias (moradia, trabalho, transporte e lazer), gerando-se daí formas endêmicas de males urbanos. E – o que é pior – o fascínio das cidades e a concentração populacional crescem sem o necessário controle quantitativo e qualitativo desse crescimento (MILARÉ, 2005, p. 717).

Essa urbanização desordenada promoveu um padrão de crescimento menor das cidades e serviu para intensificar ou revitalizar o meio rural, como mostra o Quadro 2, houve uma redução do êxodo rural na década de 1990 provocada talvez por essa acentuada urbanização e sua problemática. E ainda segundo o IBGE (2010) entre 2000 e 2010 a migração em todo o Brasil caiu pela metade.

Quadro 2. Êxodo rural no Brasil nos anos de 1950 a 1995.

Período	População Migrante
1950-1960	-10.824
1960-1970	-11.464
1970-1980	-14.413
1980-1990	-12.135
1990-1995	-5.654

Fonte: IBGE, 2010. Censo Demográfico.

As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importante forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidade (ABRAMOVAY, 1999), ou seja, a agricultura familiar surge como uma esperança para o arrefecimento do êxodo rural. Por outro lado existe o aspecto da Educação, pois, segundo a FAO (1995) também existe uma estreita ligação entre o caráter dos processos migratórios e a formação educacional.

² É a ação de projetar e ordenar espaços construídos.

Para Santos (2006), o urbanismo é um campo do conhecimento, ora considerado como ciência ora como técnica, que tem a cidade como principal objeto de estudo e intervenção.

Dados da Cepal [Durstun (1997)] mostram que no Brasil rural 55% dos rapazes têm menos de quatro anos de estudo. A precariedade da situação educacional das moças também é grave, mas menos que a dos rapazes: 42% das jovens rurais têm menos de quatro anos de estudo. Para que se tenha uma idéia da posição do Brasil na América Latina quanto a este aspecto, no Chile apenas 5% dos rapazes (e 4% das moças) estão nesta situação e mesmo no México as cifras são bem menos graves que no Brasil: 27% dos rapazes e 21% das moças (ABRAMOVAY, 2001).

Sabe-se que a Educação no Brasil na área rural, apesar dos avanços da última década ainda não atende plenamente as necessidades promovendo o estímulo e as demandas do estudo. Muitos jovens migram em busca de uma vida melhor, até do próprio estudo.

Nesse contexto se consolida a agricultura familiar como uma grande perspectiva de fixação do homem no campo, com oportunidades de trabalho, numa forma de subsídio para o desenvolvimento territorial, e fortalecimento das propriedades rurais. Segundo Abramovay (1999) a “exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA

A suplementação alimentar direcionada aos espaços escolares tem sido uma estratégia adotada por vários países no intuito de contribuir para o melhor desenvolvimento do grupo infanto-juvenil. No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) solidifica este benefício há mais de meio século, onde são investidos recursos de grande ordem financeira, possibilitando uma cobertura expressiva entre o público beneficiário.

O PNAE tem como objetivo a contribuição no processo de ensino, no desenvolvimento biopsicossocial, crescimento, aprendizagem, o rendimento escolar e a conduta alimentar saudável dos alunos. A alimentação oferecida através do programa deverá suprir, caso seja em período integral minimamente

20% dos nutrientes diariamente necessários para alunos matriculados na educação básica e 30% das necessidades nutricionais diárias para os alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos. Entretanto, se o período for integral, o percentual deverá ser de no mínimo 70%.

Para alcançar este objetivo, o Programa por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições busca suprir necessidades nutricionais durante todo o período letivo. Para serem assistidos pelo programa, os alunos precisam estar, com a matrícula efetivada na educação básica das redes públicas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, no ano anterior ao do atendimento, inclusive as escolas cuja localização seja em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos, entidades filantrópicas ou por elas mantidas desde que estejam registradas e certificadas como tais, através do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS conforme dispõe o art. 18, inciso IV, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Também serão assistidas pelo programa todas as entidades comunitárias que possuam convênios Estadual, distrital ou municipal desde que estejam cadastradas no censo escolar do ano anterior ao do atendimento.

Todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) deverão estar imbuídos com o sucesso do programa, que por sua vez precisa alcançar os objetivos complementares: executar; estimular o exercício do controle social; dinamizar a economia local, contribuir para geração de emprego e renda; respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola local.

A Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 do Fundo Nacional para o desenvolvimento da Educação (FNDE), dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Baseando-se na fundamentação legal, conforme Quadro 3 os princípios e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, orientam para aquisição de alimentos de qualidade e também estão referenciados na Resolução de nº 26 de 17/06/2013 do Conselho Deliberativo do FNDE, com alteração realizada pela Resolução de nº 04 de 02/04/2015 nos artigos 25 a 27, 29, 31 e 32, conforme disposto na Lei 11.947 de 16/06/2009 e suas alterações. Os princípios norteadores do PNAE e a Fundamentação legal são os que se seguem:

2.2.1 Princípios

- *Universalidade* – Atender a todos os alunos beneficiários estabelecidos em lei, que estejam devidamente matriculados em escolas públicas e filantrópicas conveniadas, cadastrados no Censo Escolar, independente da condição econômica, social, raça, cor e etnia.
- *Equidade* – Cuidar com igualdade os desiguais, propiciando tratamento diferenciado para alunos especiais ou com intolerância alimentar, além da atenção dada àqueles mais suscetíveis à situação de insegurança alimentar.
- *Continuidade* – A LDB nº 3.934 (1996) determina que a educação básica, no nível fundamental e médio, deve ser organizada de acordo com a carga horária mínima anual de oitocentas horas. Para se adequar ao mandamento, a cobertura do PNAE foi unificada em 200 dias letivos por ano, conforme o calendário das escolas beneficiadas.
- *Descentralização* – Atuar com repasse de recursos aos entes federados responsáveis pela alimentação escolar de sua rede de ensino.
- *Participação social* – Trata-se do princípio do Controle Social, com a atuação dos Conselhos Sociais prevista na CF/1988 sustentada em três pilares: legitimidade, representatividade e eficácia. Sendo assim o acompanhamento é meio de garantia que os beneficiários sejam cada vez mais bem atendidos.

A Constituição Federal de 1988 prevê que é responsabilidade de todos os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – não apenas assegurar a alimentação escolar para os alunos da educação básica pública, de escolas filantrópicas e comunitárias, conveniadas com o poder público, mas que seja uma alimentação de qualidade, que supra as necessidades dos alunos. Assim foram instituídas para a execução do PNAE, a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, as diretrizes da alimentação escolar:

Quadro 3. Diretrizes do PNAE.

TEMA	DIRETRIZ
Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito à alimentação escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social

Fonte: BRASIL, 2009.

2.2.2 Fundamentação legal

Construir e implementar políticas públicas deve estar ligado a uma base sólida com estabelecimento de critérios para a sua idealização na perspectiva de uma sociedade democrática. Desta forma o PNAE foi constituído ao longo dos anos sobre uma base de conhecimentos e estabelecimento de critérios técnicos e operacionais que o sustenta, através de conjuntos de leis, resoluções, portarias e decretos (Quadro 4).

Quadro 4. Fundamentação legal.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 30, INCISO VI, 205 E 208.	A educação, é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
LEIS	LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES.	Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
	LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
	LEI Nº 9452 DE 20 DE MARÇO DE 1997	Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.
	LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
	LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
	LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003.	Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.
	LEI Nº 10.831 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências

LEIS	LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Estabelecendo as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada
	LEI Nº 11.947, DE 16/06/2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. O Ministério da Educação tem por competência propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional conforme disposto Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009/2009, em seu art. 15.
	LEI Nº 12512 DE 14 DE OUTUBRO DE 2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.
	LEI Nº 10.172, DE 09/01/01 (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO)	A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.
RESOLUÇÕES:	RESOLUÇÃO CFN Nº 358, DE 18 DE MAIO DE 2005	Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências
	RESOLUÇÃO Nº 32, DE 10/08/06	Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

RESOLUÇÕES:	RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 17 DE MARÇO DE 2009	Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências.
	RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 31 DE 1º DE JULHO DE 2011	Dispõe sobre a descentralização e execução de créditos orçamentários do FNDE para órgãos e entidades da administração pública federal.
	RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTA Nº 465 DE 23 AGOSTO DE 2010	Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.
	RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 2 DE 18 DE JANEIRO DE 2012	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização obrigatória a partir de 2012 do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), desenvolvido pelo FNDE para a gestão do processo de prestação de contas.
	RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015	Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local.
PORTARIAS:	PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MS Nº 1.010, DE 08 DE MAIO DE 2006.	Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
	PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007.	Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar.

DECRETOS:	DECRETO Nº 7.507 DE 27 DE JUNHO DE 2011	Dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios.
	DECRETO Nº 7611 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
	DECRETO Nº 7.775 DE 04 DE JULHO DE 2012	Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Fonte: BRASIL, Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Resolução/CD/FNDE Nº 38, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Caderno de Legislação. PNAE 2011.

2.2.3 A Evolução Histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE é considerado o programa mais antigo do país na área de Segurança Alimentar e Nutricional, e tem se observado importantes avanços no que se refere à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo inclusive reconhecido pela United Nations Children's (UNICEF) (SCARPARO et al., 2010; SOUZA; MAMEDE, 2010).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é uma **política educacional e de Estado**, pois independentemente do governo, não foi abandonada nos últimos cinquenta anos; (CF. 1988, Art. 206, I e art. 208, VII/). É um **programa assistencial**, pois vem da necessidade de prover um serviço ou a oferta de uma ajuda que visa proteger, amparar ou auxiliar os direitos dos cidadãos e certamente um **programa distributivo** porque provoca certa equidade entre população alvo atendida de todas as tipologias e tamanhos de escolas públicas que contam com a oferta de alimentação escolar. (BITTENCOURT, 2007, p.24).

Esta política educacional e assistencial teve como nascedouro a ideia de criar um mecanismo de atendimento à população carente, ao passo que tentava recuperar uma sociedade estagnada pela má nutrição, em especial a desnutrição (BITTENCOURT, 2007). Esta política foi ganhando abrangência nacional, e, sua operacionalização, durante todos esses anos, se deu sob diferentes denominações (BELIK et al., 2006).

O programa foi resultado da evolução de vários outros programas teve sua origem no início da década de 1940, apesar da política de alimentação escolar ter sido lançada em 1954, no Ministério da Saúde, e oficializada em 1955 no Ministério da Educação e Cultura através do decreto nº. 37.106/55.

Em 1954, o discurso sobre alimentação escolar não era diretamente abordado, mas já se percebia um conjunto de recomendações sobre limpeza e preparação de alimentos e alimentação já era apontada como fator de saúde e doença da população.

O Ministério de Educação e Saúde é instituído e nesse período o Estado brasileiro começa a reconhecer a alimentação como um problema público, transformando-se em objeto de investigação dando origem ao tema de uma nova ciência, a “nutrição”. Inicialmente, a meta era atender os alunos relativamente mais pobres da região Nordeste, o que foi possível através de oferta de leite em pó, resultado da produção americana que doou o seu excedente. O governo brasileiro assumiu a responsabilidade pela continuidade do programa.

Em 1945 ocorre distribuição de excedentes de alimentos doados no pós-guerra e as super safras norte-americanas, cujas doações foram realizadas pela UNICEF, que, por sua vez, direcionou-os ao Ministério da Saúde brasileiro. Em 1954 é criada a Comissão Nacional de Alimentos (CNAE) que assumiu a responsabilidade pela distribuição dos gêneros doados. Neste período, os especialistas, realizavam estudos paralelos sobre a produção e industrialização de alimentos, tendo em vista que a preocupação bélica e logística do momento necessitava de uso de alimentos menos perecíveis e de fácil transporte devido à segunda guerra mundial.

O período que vai de 1974 a 1994 foi marcado pela efetivação da compra de empresas nacionais, executada de maneira centralizada com recursos provenientes do governo federal. Esta mudança gerou um desenvolvimento de empresas nacionais que vendiam, sobretudo, gêneros formulados, como sopas e mingaus e o público consumidor da época, continuou aumentando, embora em ritmo mais lento, representando no ano de 1979 aproximadamente 14 milhões de escolares em 3.549 municípios dentre os mais de cinco mil existentes no Brasil.

A partir de 1976, o programa passou a fazer parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e somente a partir de 1979 adquire a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Em 1981 é

criado o Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE) na incumbência de gestor do programa, gestão que perdurou até 1983. Em 1997 a responsabilidade pelo PNAE passa para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

De 1974 a 1980, a alimentação escolar era vista como estratégia de luta contra a desnutrição. O desprovisionamento de alimentos e poder aquisitivo baixo não eram os únicos fatores que interferiam no consumo de alimentos, somando-se a esses a armazenagem, a preparação e os hábitos alimentares. Neste período, havia uma grande preocupação de disseminar conceitos da nutrição, tais como o valor nutritivo dos alimentos, as boas práticas de higiene e nutrientes necessários dentro das faixas etárias. A luta contra a má nutrição passa a ser caracterizada como um problema que envolve todas as camadas sociais.

O modelo centralizado de aquisição de alimentos era incapaz de refletir hábitos alimentares regionais, os cardápios escolares eram padronizados em todo o país. Cidades diferentes, com culturas diversas, recebiam as mesmas refeições. Ainda, havia um agravante, devido às longas distâncias entre as cidades para transportar os produtos, os alimentos processados eram tendenciosos, bem como, os formulados instantâneos, o que acabava por favorecer as grandes empresas de alimentos.

Em 1988, com a redemocratização, a alimentação escolar passa a ser garantida no texto da nova Constituição Federal, por meio do artigo 208, VII. A descentralização na execução do programa ocorreu de forma gradativa e lentamente. As compras, no entanto, continuavam centralizadas na Fundação de Amparo Escolar (FAE) ou sendo intermediadas de forma regionalizada pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Até o ano de 1994 os cardápios ainda eram planejados pelos gestores federais, bem como a aquisição dos gêneros por processo licitatório.

Com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, se consolida a descentralização, já sob o gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no qual o repasse dos recursos passa diretamente a todos os municípios e secretarias de educação, refletindo uma maior presteza ao processo, haja vista que a transferência passa a ser realizada automaticamente, não sendo necessário celebrar convênios ou quaisquer outros instrumentos similares. Essa transferência facilitava para as administrações municipais uma

vez que possibilitava a realização das suas próprias compras, elaboração de cardápios, como também a logística na distribuição dos gêneros alimentícios (ANDRADE, 1996).

O valor transferido pela União, Estados e municípios por dia letivo para cada aluno depende da etapa e modalidade de ensino, baseado no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Em 2013 houve ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que passou a ter direito ao benefício os alunos do Programa Mais Educação e de jovens e adultos, como toda rede pública de educação básica.

Segundo dados divulgados pelo FNDE (2015), houve um aumento significativo de atendimentos dos beneficiários do programa. Em 2000 registrou-se atendimento a cerca de 37,1 milhões de alunos e investimento de R\$ 901,7 milhões enquanto que 2014, o número aumentou para aproximadamente 42 milhões de alunos sendo investido um montante de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões (Quadro 5).

Segundo as estimativas anuais do PNAE, mais de 42 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos, foram amparados pela iniciativa, do volume de investimentos ao programa ao longo dos últimos anos e R\$ 1,05 bilhão foram investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. Em 2015, de acordo ao portal do FNDE, o orçamento do Programa PNAE, foi de ordem de R\$ 3,8 bilhões. O montante simboliza um acréscimo de pouco mais de R\$ 100 milhões comparados ao ano anterior, ratificando o compromisso do governo federal com o rendimento dos estudantes brasileiros e com a formação de hábitos alimentares saudáveis entre eles.

Quadro 5. Evolução do orçamento do PNAE entre os anos de 2000 a 2015.

Ano	Orçamento (milhões)	Alunos atendidos(milhões)
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47,0
2010	3.034	45,6
2011	3.051	44,4
2012	3.306	43,1
2013	3.542	43,3
2014	3.693	42,2
2015	3.800	-
Desvio (%)	321	0,93

Fonte: FNDE (2015).

É importante ressaltar que os dados mostram a pouca evolução da quantidade de alunos atendidos nos últimos 15 anos, ou seja, enquanto a inflação do período de 2000 a 2015 foi de 246,46 % (Universo online, 2015) o orçamento cresceu 321% portanto mais que a inflação, entretanto não se percebe uma ampliação o número de alunos atendidos.

Enfim, é uma parceria que tendencia ao sucesso, pois existe demanda a ser atendida pela agricultura familiar, pois dentre as regiões do país a região Sul é a que mais adquiriu alimentos da agricultura familiar (71,3%) por meio do PNAE, sendo que as demais regiões são clientes em potencial (Quadro 6).

Quadro 6. Porcentagem dos municípios e estados por regiões do Brasil que compraram gêneros da agricultura por meio do PNAE, em 2010.

Situação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Não houve compra	21,5	27,5	26,3	10,9	23,3
Houve Compra	47,3	38,9	42,4	71,3	35,3
Outros	31,2	33,6	31,3	17,8	41,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: FNE (2010).

Quanto aos investimentos do PNAE na agricultura familiar, o município de Presidente Tancredo Neves vem mostrando uma evolução positiva nos últimos anos, pois em 2011 não havia investimento nesse segmento por parte do município. Contudo a mudança desse cenário foi observada a partir de 2013 e 2014. Entretanto, o percentual de investimento médio de 9,7%, pouco superior ao de Salvador cuja média foi de 7,5%, porém a área rural não é tão próxima da capital. Em comparação com municípios de Santa Catarina provavelmente em função do avanço e modernização da agricultura como um todo, os índices são otimizados (Quadro 7).

Quadro 7. Comparativo entre municípios do percentual do PNAE investido na Agricultura familiar entre os anos 2011-2014.

Município	Ano					Média/Estado
	2011	2012	2013	2014	Média	
Presidente T. Neves (BA)	-	-	14,8	24,15	9,7	8,6
Salvador (BA)	2,03	0,0	3,61	24,59	7,5	
Pomerode (SC)	31,12	39,15	31,22	30,49	32,99	32,1
Florianópolis (SC)	30,10	30,72	33,70	30,41	31,22	

Fonte: FNDE (2010).

Contudo, surge um grande diferencial dentro do País, pois enquanto um Estado tem média de utilização do gasto de 8,6% o outro Estado tem média de gasto de 32,1%, portanto, ambos com grande demanda á vista (Quadro 6). Por outro lado, dois fatores são fundamentais; a gestão escolar, melhorando a eficiência do gasto do dinheiro do PNAE, com responsabilidade do dinheiro público e priorizando a compra dos gêneros da agricultura familiar; e outro fator é o estímulo à agricultura familiar, sobretudo promovendo a sua modernização sem a massificação da mecanização e valorizando o homem, a mão de obra humana.

Em síntese, torna-se imprescindível uma evolução conjunta para qualificar os gastos do PNAE, principalmente no Nordeste, com os gêneros da agricultura familiar, o que indubitavelmente deve ser uma parceria exitosa com ganhos em todos os aspectos, quer sejam estruturais, sociais, econômicos, locais, etc.

Com a transferência automática para estados e municípios, independente de convênios, e respaldada nos princípios da administração pública brasileira (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), e na legislação específica relativa ao programa e suas regulamentações, 5.565 municípios e 27

unidades da Federação passaram a receber recursos federais destinados à alimentação escolar, fazendo com que 35 milhões de escolares fossem assistidos pelo PNAE. Na sequência a Medida Provisória (MP) nº 11.784/98, criou no seu art. 6º a obrigação de que os cardápios fossem elaborados por nutricionistas respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, priorizando, os semielaborados e os *in natura*.

Com novas determinações apresentadas na Resolução nº 38, que regulamenta a execução da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), os produtores locais são prioridades, ou seja, caso haja um grupo de agricultores de outra região, a prioridade será para os agricultores locais e seguindo o mesmo critério, grupos de agricultores familiares das proximidades são priorizados em relação aos mais distantes. Com relação ao preço, os valores de referência para compras de alimentos para os estudantes serão aqueles já praticados no mercado.

Embora seja fundamental para compra (critério de habilitação) que o preço oferecido seja compatível com o do mercado local, o critério de escolha passa a ser o produtor mais próximo (critério de classificação). Isso quer dizer que a proximidade prevalece sobre o preço. Além disso, os grupos formados por indígenas, quilombolas ou assentados da reforma agrária exercem prioridade sobre os demais grupos. A iniciativa de estimular a organização de cooperativas também é um ponto que merece destaque. Os grupos formalizados participantes de cooperativas possuem prioridades sobre aqueles que ainda não são formalizados. Essa organização social entre os agricultores familiares e o reconhecimento de grupos diversificados e prioritários permite um fortalecimento dessas identidades, promovendo também uma renovação no sistema de compras pública voltada principalmente para a concorrência de preço.

2.2.4 PNAE: funcionamento, execução e fiscalização

A responsabilidade pela coordenação do PNAE está atualmente a cargo do FNDE, vinculada ao Ministério da Educação - MEC o qual estabelece as normas gerais de planejamento, controle, fiscalização, monitoramento e avaliação da execução do PNAE. Ainda compete ao FNDE realizar a transferência de recursos financeiros provenientes do Tesouro Nacional, exclusiva para a compra de

gêneros alimentícios em caráter complementar, aos Estados, Municípios e Distrito Federal que juntamente com as escolas federais formam a Entidade Executora (EEx) que são as responsáveis pela execução do PNAE, inclusive pela complementação destes recursos através de suas Secretarias de Educação.

A Unidade Executora (UEx) é quem representa a comunidade escolar, se caracteriza por ser uma Entidade privada sem fins lucrativos. A responsabilidade pelo recebimento dos recursos financeiros fica a cargo da mesma, assim como a prestação de contas do PNAE.

Entretanto não é apenas o FNDE que realiza o acompanhamento do Programa, ele é também monitorado e fiscalizado diretamente pela sociedade, através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público (SILVA, 2009). O Conselho de Alimentação Escolar – CAE é um Órgão Colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento ao PNAE, cujo mandato é de quatro anos. Essa finalidade de deliberar, fiscalizar e assessorar a execução do Programa pode ser considerado uma grande conquista a partir da reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000.

A formação Conselho de Alimentação Escolar, em cada município brasileiro atualmente, é representada por entidades civis organizadas, dois representantes titulares da área de educação, sendo obrigatório pelo menos um docente, os discentes, dois representantes pais de alunos indicados pelo conselho escolar, dois representantes de entidades civis organizadas e um representante do poder Executivo, sendo que haverá suplentes para cada membro titular do CAE, exceto os discentes e trabalhadores da educação.

Além de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas, aceitabilidade dos cardápios, a aplicação dos recursos destinados ao programa, e a busca por alimentos de qualidade, o CAE também é responsável por receber o relatório Anual de Gestão do PNAE e proceder à emissão do parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa.

Oferecer uma alimentação saudável nas escolas, bem como uma educação alimentar e nutricional é uma responsabilidade de todos os entes federados, ou seja, são ações compartilhadas e faz parte das diretrizes do PNAE,

de forma que alavanque o desenvolvimento e crescimento dos alunos. As diretrizes certamente influenciam para alcançar os objetivos do programa e ainda contribuem para mudar o panorama de muitos agricultores familiares.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO

No cenário atual, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando espaço social, político e acadêmico no Brasil pela percepção da importância econômica dos produtores rurais, principalmente nesse segmento, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Segundo Neves (2002), a Agricultura familiar, por muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural, atualmente já reconhecida como categoria social e de ação política, antes questionada por não apresentar diretamente uma relação capital-trabalho, diante de sua peculiaridade que caracteriza os agricultores como proprietários e ao mesmo tempo a própria mão-de-obra no estabelecimento.

A organização da agricultura familiar destaca-se pela pluralidade da sua estrutura interna, ou seja, a forma como os recursos terra, trabalho e capital estão distribuídos. Esta distinção entre os produtores é resultado do processo de modernização da agricultura. Assim, é possível identificar no meio rural, produtores que acompanharam a modernização e, no outro termo, produtores que adotaram outros mecanismos de reprodução social, como as práticas agroecológicas que tem como base a sustentabilidade como princípio.

Segundo Wanderley (2001, p.52) a amplitude de conceitos da agricultura familiar pode abranger situações variadas em que a família representa a principal força de trabalho empregada na unidade produtiva. Assim, essa categoria pode assumir diversas formas sociais, no tempo e no espaço, através da combinação entre propriedade e trabalho. Uma importante definição de agricultura familiar é aquela criada por Lamarche (1993), para este autor,

[...] a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Esta particularidade não se limitou ao debate acadêmico, mas exerceu forte influência na geração de perfis de sociedade que favoreceram a desapropriação das terras. A disparidade das condições de reprodução social dos agricultores é perceptível diante da situação de pobreza que faz parte do cotidiano de muitas das famílias em decorrência, de uma série de questões, inclusive a própria dificuldade de organizar ação coletiva, e a transferência de renda para setores não agrícolas (HAYAMI; RUTTAN, 1985; ABRAMOVAY, 1992).

As mudanças econômicas e institucionais apresentam grandes desafios para a agricultura familiar. O novo cenário exige que haja uma combinação de novos conhecimentos e novas práticas e que estes sejam absorvidos para que não haja exclusão pela falta de oportunidade em acompanhar o processo exigido pelo nível de inovação, bem como promoção de formas socialmente equitativas e espaços ambientalmente sustentáveis.

Embora não seja o foco da pesquisa discutir significados da agricultura familiar, registra-se que nas últimas décadas, as análises sobre a agricultura familiar vêm despertando opiniões controversas. A denominação agricultura familiar está ligada à redemocratização do país e à existência de políticas específicas para esse segmento, fruto da mobilização dos movimentos sociais a partir dos anos 1990. Nas palavras de Neves, (2002) a agricultura familiar não é um conceito, mas “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político” As organizações dos agricultores abraçaram as novas significações atribuídas à agricultura familiar e a entendem como um projeto estratégico (MORAES, 1998). Mesmo com a heterogeneidade existente entre os agricultores familiares, um ponto de interseção entre eles se dá pela inter-relação entre a produção e o consumo, sendo a família, ao mesmo tempo, produtora e consumidora. Ou seja, a propriedade e trabalho estão ligados à família. No âmbito da agricultura familiar pode ser incorporada toda a população

agrária que administra um estabelecimento agrícola e nele trabalha juntamente com a sua família, como os assentados, agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, posseiros, meeiros, colonos.

Em se tratando de ações de pesquisa e de desenvolvimento, mesmo que se reconheçam os aspectos comuns que identificam os agricultores como situados em um mesmo grupo social, as características que os diferenciam devem ser consideradas para que sejam atendidas suas demandas específicas. Os seus interesses e necessidades não são homogêneos, mesmo que objetiva e subjetivamente.

2.4 PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO LOCAL

A Medida Provisória n° 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP n° 1.784/98), incutiu avanços ao PNAE, inclusive fomentando o desenvolvimento da economia local, devido à imposição de que 70% do montante repassado pelo governo federal sejam aplicados obrigatoriamente em produtos básicos, respeitando os hábitos alimentares regionais e à propensão agrícola do município. A exigência de um nutricionista a partir de 2006, como Responsável Técnico pelo Programa foi conquista fundamental, o que possibilitou um incremento significativo na qualidade do PNAE quanto ao abarcamento de seu objetivo.

Outro ponto relevante, a partir de 2006, foi às capacitações dos atores envolvidos no Programa a partir da parceria entre FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior, que resultou na formação dos CECANES - Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar, um Centro referencial e estruturado para desenvolver ações e projetos de acordo as necessidades do PNAE, em atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Na mesma época, a inovação trazida pelo art. 14 da Lei n° 11.947/2009, direcionada ao Programa, deixou em segundo plano a lógica do menor preço para as compras públicas, trazendo para política pública o estímulo ao desenvolvimento local através da garantia de aquisição de 30% dos recursos transferidos pelo governo federal para os municípios e estados, a fim de serem aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

O cumprimento dessa legislação garante uma maior visibilidade dos agricultores familiares e uma nova formatação para as compras públicas, tornando o programa incentivador quando o PNAE sinaliza a aquisição de no mínimo 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino, abrindo a possibilidade de adquirir alimentos de produtores locais, gerar renda e beneficiar pequenos agricultores e comerciantes.

Recentemente, em 2 de abril de 2015, levando em consideração a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico local e social, foram tomadas algumas medidas a partir da Resolução CD/FNDE nº 4, alterando a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26 a respeito da compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações: os preceitos para selecionar e classificar projetos de venda; caracterização dos assentados da reforma agrária como formais e informais; formalização do documento que capacita os projetos de venda dos grupos formais; critérios em caso de empate em comunidades tradicionais indígenas e quilombolas; definição de local de divulgação para as chamadas públicas de editais; definição na chamada pública valores dos alimentos a serem obtidos pela agricultura familiar; definição por entidade executora do limite individual de venda do agricultor familiar por entidade executora; criação de novas regras para limite individual de venda controlada; modelo padrão referentes a pesquisa de preços de projeto de venda, ao edital de chamada pública e contrato.

Portanto, mudanças necessárias convergem para novos desafios atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional, passando a ser um segmento estratégico para a produção de matérias primas e abastecimento alimentar das populações, conduzindo as políticas públicas a direcionarem seus holofotes para o questão alimentar que se converteu em matéria de importantes debates e objeto privilegiado de intervenção estatal. Identificar sinais de mudanças e fornecer informações que apoiem a tomada de decisão dos setores públicos e privado, aumenta a capacidade de responder às oportunidades e aos riscos que se apresentarem.

Uma estratégia adotada por vários países no intuito de se conduzir ao desenvolvimento de maneira mais equitativa se traduz na conquista de hábito

alimentar mais saudável e promovendo uma articulação com a tradição. Dessa forma, se aproximar da agricultura familiar é um importante condutor para se alcançar um desenvolvimento local.

A Política de Alimentação Escolar, para ser bem executada e alcançar o sucesso, é imprescindível um elo entre as instituições públicas envolvidas. É necessárias que executem ações em parcerias e integradas ao atendimento das demandas, fundamentadas em princípios e em consonância ao direito fundamental do ser humano.

3. O AGRICULTOR FAMILIAR DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES E SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

A organização das entidades representativas e sua relação com o agricultor familiar e o poder público, acaba sendo um veículo facilitador ao acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Notoriamente os agricultores organizados em cooperativas tem maior facilidade para as exigências burocráticas.

3.1 O MUNICÍPIO DE TANCREDO NEVES

3.1 1 História e Características Demográficas

Atualmente, Tancredo Neves (cujo nome era Tabuleiro de Liberina) é um pequeno município (Figura 1) do Estado da Bahia com uma população estimada segundo o IBGE (2014) de 27 187 habitantes. Localiza-se no sul da Bahia entre os municípios de Mutuípe, Valença e Teofilândia. Tem um território de 441,892 km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,559 (IBGE, 2010b).

A cidade se emancipou em 1989, portanto com apenas 27 anos de reconhecimento. O município encontra-se a 111 km do município de Cruz das Almas, o qual abriga um grande centro de pesquisa agropecuária, a Embrapa. Os produtos agrícolas são praticamente a base da economia do município e são comercializados na feira local, produtos como legumes, frutas, carnes e peixes e confecções.

O nome de Tabuleiro de Liberina se deu porque se iniciou com uma barraca de palha nas margens da estrada que atualmente é a BA 002 e interligava-se com as zona rural de Valença, Nazaré e Aratuípe. Foi o primeiro ponto de comércio da futura cidade e pertencia a dona Liberina que comercializava alimentos, bebidas aos viajantes que transportavam mercadorias em lombo de animais para as cidades do entorno da barraca.

Com a construção da BA 002 surgiram outros comerciantes e assim foram atraindo outros moradores para o futuro município. Antes do nome de Tancredo

Neves teve também o nome de Itabaína, “nome de origem indígena que conforme antigos moradores locais provem de uma mistura de ramas com pedras (Ita significa pedra e baína rama), a história conta que naquela época as ramas se estendiam sobre as pedras, características acentuadas da região”.



Figura 1. Vista aérea parcial do município de Presidente Tancredo Neves (2014).

De acordo ao IBGE (2010a) a população é composta por (51,6%) homens e (48,4%) mulheres. A população é eminentemente católica (79,7%); e um índice alfabetização de 65%. O rendimento médio mensal na zona rural de R\$163,50, considerado baixo, e na zona urbana de R\$250,00. A taxa de abandono escolar de 44,8% e a de idosos (60 anos ou mais) de 8,4% e de jovens e crianças de 60,4%. O município tem uma população rural de quase 60% do total da população da cidade, logo um município com características rurais (Quadro 8).

Quadro 8. Características demográficas do município de P. Tancredo Neves – BA.

Características demográficas	Nº	%
População Total	23.846	100
População Urbana	9.576	40,1
População Rural	14.281	59,9
População Idosa (60 anos)	2.003	8,4
Populações Jovens e Crianças	14.402	60,4

Fonte: IBGE (2010). Censo Demográfico.

3.1 2 Características Econômicas

A economia do município baseia-se na agricultura, tem um índice de pobreza de 50,37%, e índice de GINI (que mede a desigualdade social) é de 0,39 % onde 0 é excelente e 1 é completamente desigual. Tem 1.888 de pessoal ocupado, o que corresponde a (7,91 %) de ocupação no município (Quadro 9).

Quadro 9. Características Econômicas de Tancredo Neves (BA), 2010.

Características Econômicas	Nº	%	Obs.
Pessoal ocupado	1.888	7,91	
Pessoal ocupado assalariado	1.546	6,4	
Índice de GINI	0,39		Limite 0-1
Índice de pobreza	50,37		
Rendimento mensal per capita–Rural	R\$163,50		(BA) Menor R\$92,00 maior R\$300,00
Rendimento mensal per capita–Urbano	R\$250,00		(BA) Maior R\$510,00 menor R\$127,00
Salário médio mensal	R\$1.672,00		
Empresas cadastradas e atuantes	323		

Fonte: IBGE (2010).

O município conta com 332 empresas, sendo 323 atuantes. A cidade ainda depende muito das plantações rurais por ser influente na economia da cidade. Ao longo do tempo foram diversificando e surgindo novidades nos plantios como seringal, plantações de eucaliptos, soja, graviola, guaraná, abacaxi entre outros. (SANTTANNA, 2013).

3.2 CASA FAMILIAR RURAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES (CFR-PTN)

O nascedouro das Casas Familiares Rurais se deu na França, no período compreendido entre 1935 e 1937, quando se percebe a necessidade de provocar um desenvolvimento global no meio rural através da idealização de uma escola que conduzissem jovens a uma formação profissional que minimizasse as carências reais e resolvesse os percalços instalados no campo. Em 1950, os filhos de agricultores, começam a ter uma educação atrelada a educação profissional, que se expandia e migravam para outros países da Europa.

Nesse contexto, se perpetuam outros modelos de casas familiares que mantêm o mesmo preceito, entretanto usando culturas diferenciadas, como por exemplo, a Casa Familiar do Mar com incentivo a aquicultura. Os resultados das Casas Familiares são surpreendentes, garantindo uma qualidade no ensino, direcionada para o cotidiano no campo, formando percussores de desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que promove uma melhoria de qualidade de vida através da inserção social, gerando trabalho e renda.

Percebe-se também que há uma diminuição significativa do êxodo rural, os jovens passam a ter perspectivas de profissão através dessa educação oferecida pelas Casas familiares, podendo desempenhar funções de empresário rural, melhorar sua estima como produtor e qualidade de vida das pessoas que o cerca.

Através do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e interveniência da Caixa Econômica Federal, surge em 2003 na Bahia, ACFR-PTN, Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves localiza-se na Fazenda Novo Horizonte, BR 101 - Km 315 e caracteriza-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), constituída por Associação de Pais e Produtores Rurais, regida por seu Estatuto Social e Regimento Escolar.

CFR-PTN é uma escola para formação de jovens entre 14 (quatorze) e 21 (vinte e um) anos. Com formação exemplar de seis turmas e atualmente três turmas em andamento, a CRF segue beneficiando familiares e membros de nove municípios do entorno da escola. Com onze anos de história, vem transformando a realidade socioeconômica do município e adjacências através da promoção da Educação Profissional de qualidade a jovens agricultores, estimulando-os a permanecerem no campo e na agricultura familiar. Assim a Casa Familiar Rural

vai construindo a sua história com pretensão de ser conhecida como referência em Educação do Campo, promovendo o agronegócio com bases sustentáveis, fortalecendo a Agricultura Familiar.

Através dos esforços envidados pela Casa Familiar, o Conselho Estadual de Educação da Bahia reconheceu formalmente e amparou legalmente os jovens da CFR (tanto as turmas antigas quanto as novas) pela legislação educacional como integrante da grade curricular do nível médio, tornando-se pioneira com certificação do ensino médio integrado ao técnico no Estado da Bahia, o Curso de Educação Profissional Técnico em Agropecuária, ministrado pela Casa Familiar Rural.

O setor administrativo oferece suporte necessário ao setor de pedagogia. A pedagogia é formada por nove salas e possui uma educação diferenciada dos Institutos Federais, não é voltada exclusivamente para o mercado de trabalho. Com uma excelente estrutura, a casa possui alojamento, biblioteca, sala de informática e refeitório. A intenção é fixar o jovem no campo com a qualidade de vida, para isso além da formação voltada para as necessidades do aluno através da pedagogia da alternância, o aluno passa uma semana na Casa Familiar e uma semana em sua residência (Figuras 2, 3, 4, 5 e 6).



Figura 2. Prédio administrativo e centro pedagógico da Casa Familiar Rural de Tancredo Neves.



Figura 3. Sala de informática da Casa Familiar Rural – CFR.



Figura 4. Biblioteca da Casa Familiar Rural – CFR.



Figura 5. Funcionário da CFR.



Figura 6. Ex-estagiário da EMBRAPA e atual diretor da CFR.

No período que permanece em sua residência, o aluno, leva para sua casa, o material didático, módulos com exercícios relacionados a todas as disciplinas da grade curricular, ou seja, caracteriza-se como um curso com uma parte técnica agropecuária integrada ao ensino médio. A Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves também recebe apoio do Tributo ao Futuro, programa, com ênfase na juventude, priorizando a integração do jovem no meio social.

Esse programa contribui para formar agentes participativos e que sejam capazes de produzir desenvolvimento para sua região. A expectativa é para formação de 56 jovens ainda este ano, já formou outros 66 que continuam sendo assistidos pelos monitores. Seu plano pedagógico está associado a conteúdos básicos exigidos pelo Ministério da Educação com o conhecimento técnico indispensável ao desenvolvimento do agricultor. Seu curso é previsto para três anos de formação, sendo que os temas centrais são intercalados: como fruticultura, horticultura, estudo dos solos, piscicultura, mandiocultura, administração da propriedade, etc.

Essa pedagogia de alternância é bastante interessante, faz com que o aluno possa compreender momentos dentro de um processo de ensino-aprendizagem, um roteiro que percorre propriedade-escola-propriedade tendo assim a oportunidade de socializar, refletir, sistematizar e conceituar,

interpretando conteúdos e situações identificadas em etapa anterior, sem deixar de forma transversal introduzir conteúdos em consonância com os padrões Nacionais Curriculares.

Os alunos tem a oportunidade de implantar projeto agrícola, em suas casas. A partir do primeiro ano um projeto educativo produtivo, pode ser implantado, a instituição entra com os insumos e o aluno com a mão de obra e área. O projeto consiste em plantar um hectare de uma cultura que comercialize na Cooperativa como a banana, aipim, mandioca e abacaxi. Quando a colheita é realizada, não é necessária a devolução do recurso, mas que ele é incentivado a reinvestir ampliando a área para que minimamente quando ele sair do processo de formação tenha uma condição de se manter para não precisar ir ao mercado formal de trabalho.

O projeto agrícola da Casa Familiar procura manter as mesmas exigências do PRONAF, e as quais um banco requer. Essa formatação é intencional, justamente para quando o aluno sair da Casa Familiar possa tranquilamente acessar o PRONAF sem dificuldades. A Casa familiar também promove aos alunos visitas de estudos para lugares, onde se tem uma cultura referência a exemplo da fazenda Juliana em Ituberá que explora a cultura do cacau e o citros na Embrapa.

As escolas de nono ano, escolas urbanas e rurais são visitadas durante o processo seletivo. Durante a seleção é bastante observado o perfil do aluno, se há um real interesse em trabalhar no campo, por isso os alunos preenchem uma ficha, além disso, visitas aos pais também são realizadas pelos monitores na intenção de colher informações e perceberem o apoio e acompanhamento dos pais durante o processo. O aluno submete-se a uma prova avaliativa prova de conhecimentos básicos, português, matemática e redação e em seguida passa três dias na casa como período avaliativo de adaptação, com rotinas de disciplina e afazeres domésticos.

Como há muita transferência de insumos, é imprescindível o acompanhamento da família e do monitor para identificar como está a adubação, proceder análise de solo conduzido por um professor da UFRB, pesquisadores e técnicos. A metodologia da escola é voltada para que o aluno aos poucos ganhe experiência e autonomia no campo. Os jovens se tornam líderes da comunidade,

ganham inclusive conhecimento para pressionar o poder público para efetivar as políticas públicas.

Além de Tancredo Neves, esse modelo de Casa familiar existe em Nilo Peçanha, Itubirá e Grapiúna. É um curso reconhecido pelo MEC, caracteriza-se por ser uma escola de ensino médio com a vertente voltada para o campo. Benefícios diversos são conquistados por ex-alunos a exemplo da aquisição de um condomínio denominado Eliana Oliveira que surgiu para suprir a necessidade de alguns alunos que tinham insumo, mas não possuíam terra suficiente para plantar, eram propriedades pequenas ou com área já ocupadas com cacau. Com o estímulo da cooperativa, articulada com outros parceiros, foi comprada uma fazenda de 108 hectares, na qual foram assentados sete jovens inicialmente, já contando atualmente com treze.

Dentro desse processo de formação a Casa Familiar busca inserir os jovens no meio rural, munindo-os de conhecimentos através de cursos, mostrando o que é uma Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), para que serve, como retirá-la, cursos sobre associativismo, PNAE e PAA. Ha pouco tempo o IDC - Instituto de Direito e Cidadania, promoveu cursos voltados para documentação básica, suporte para acessar uma chamada pública ou interagir com a prefeitura.

O Projeto de Formação de Jovens Empresários Rurais desenvolvidos pela Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, é um projeto de grande visibilidade, tendo inclusive participado da seleção ao Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e um dos cento e cinquenta e quatro do Brasil que obteve certificado em 2015. “Para a CFR é muito gratificante o reconhecimento da Fundação Banco do Brasil como instituição de ensino que está focada na solução das questões voltadas a educação do campo, além da permanência de jovens e famílias no campo com uma qualidade de vida melhor por meio do trabalho como princípio educativo e geração de renda. Isso reforça nosso compromisso em apoiar a formação e realização dos nove municípios e sessenta e duas comunidades onde a CFR PTN atua”, conta um ex-estagiário da Embrapa.

A Casa Rural de Presidente Tancredo Neves é uma dentre as quatro casas familiares apoiadas pelo Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia - **DIS Baixo Sul** em parceria com a Fundação Odebrecht. Seu capital

humano, produtivo, ambiental e social é fomentado facilitando um acesso à educação rural de qualidade, através do programa.

A troca de conhecimento entre os membros da família e comunidade em que vive é fundamental. O conhecimento teórico e prático, compartilhado dentro da pedagogia da alternância, sempre acompanhado pelos monitores se traduz em experiência concreta do jovem que os educa para o dia a dia do trabalho e para a própria vida.

3.3 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO INTEGRADO COM SUSTENTABILIDADE DO MOSAICO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BAIXO SUL DA BAHIA (PDCIS)

O PDCIS é um programa que busca o desenvolvimento com sustentabilidade nas áreas do Baixo sul da Bahia (Figura 7) estruturando a classe média rural em unidades-família.

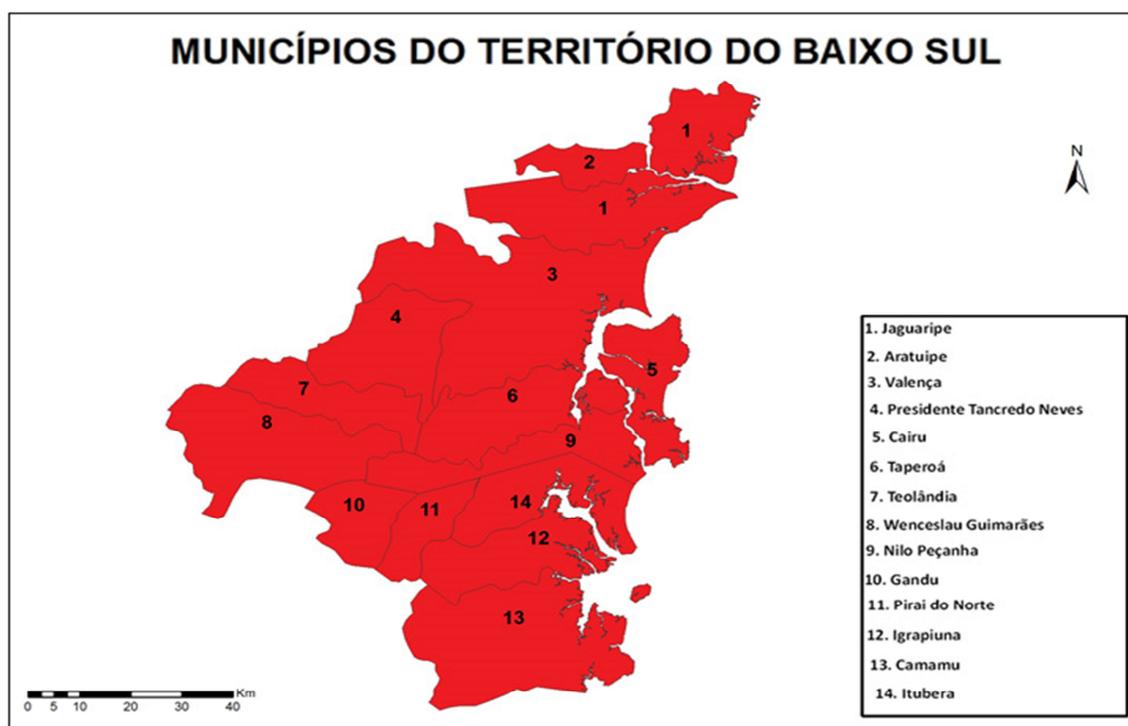


Figura 7. Municípios do Território do Baixo Sul.

Para alcançar esse objetivo busca-se alterar a realidade das comunidades da zona rural, mantendo os jovens talentos na zona rural, transformando-os em protagonista do próprio desenvolvimento sustentável, interagindo com a família e promovendo a inclusão social produtiva.

Os projetos em andamento promovem o desenvolvimento simultâneo com os quatro Capitais, o produtivo responsável pela geração de trabalho e renda; Humana que presa pela educação do campo de qualidade; Social que busca a construção de uma sociedade mais igualitária e solidária; e Ambiental com a preocupação na conservação dos recursos naturais. Esses projetos são estimulados na região através das Organizações Sociais Civis de Interesse Públicas - Oscips, Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves. Juntas integram o PDCIS dos Capitais e contemplam, os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, São defendidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e subscritos por 192 países, inclusive o Brasil.

3.4 COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - COOPATAN

Com um total de 326 produtores trabalhando com as culturas de mandioca, aipim, abacaxi, três variedades de banana e produto como massa de aipim e massa de puba. Trinta Produtores Rurais foram os responsáveis pela fundação em 18 de julho de 2000 da Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves- COOPATAN. Sua característica de sucesso vem de sua atuação como agente transformador o nível social, financeira, econômica na região, além de promover produtos ofertados com maior qualidade aos seus parceiros e clientes.

Anterior ao surgimento da cooperativa, a fundação Odebrecht estava conduzindo obras em obras Morro do São Paulo. Através de uma pesquisa realizada pela Odebrecht esse pequeno grupo foi localizado em Tancredo Neves com a ideia da formação da Cooperativa e a partir daí houve o apoio. A Cooperativa foi registrada em 2002, funcionando com a casa de farinha de forma

artesanal e em 2004 a fundação entregou para a cooperativa uma indústria de farinha permanecendo trabalhando com apenas farinha até 2009 (Figura 8).



Figura 8. Indústria de farinha da COOPATAN.

Entretanto, o trabalho com apenas uma cultura, não era suficiente e a parceria com a fundação continuava firme. Assim em 2010 inicia-se o período de expansão para o mercado com fruticultura, com as culturas de banana, abacaxi, aipim, mas ainda assim com bastante dificuldade.

As contas ainda fechavam no vermelho. Em 2011 conseguiram equilibrar as contas sem sobras, mas a partir de 2013, a estabilidade vinha se firmando cada vez mais e as parcerias se fortalecendo, como a EMBRAPA, SENAI, SEBRAE proporcionado vários cursos, palestras, dia de campo e experimentos na Casa Familiar Rural.

A Casa Familiar Rural é uma das entidades representativas da agricultura familiar que formam os jovens para serem empresários rurais e produzir produtos de qualidade e a COOPATAN, por sua vez tem a missão de comercializar produtos de qualidade para garantir a geração de renda para essas famílias. Segundo a presidente da COOPATAN, no início quando a cooperativa foi formada a renda mensal das famílias era de apenas R\$ 230,00 chegando a R\$240,00 no máximo. Atualmente a Cooperativa possui três tipos de cooperados, o pequeno, médio e o grande.

O pequeno, com uma renda mensal de aproximadamente R\$1.900,00 o médio com R\$ 2500,00 e o grande com R\$ 5.000,00. “a gratificação que a gente sente é ver que eles estão bem e produzindo com qualidade. Antes vivíamos na mão do atravessador, atualmente temos a garantia que o que se planta vai se comercializar com o preço justo” informou a representante da COOPATAN. Atualmente a COOPATAN é um ponto de referência e equilíbrio de preço beneficiando os cooperados e a região.

A maioria das pessoas que trabalham na COOPATAN veio da Casa Familiar Rural “além de tudo antes do projeto vivíamos em uma situação que não tínhamos coragem de olhar no olho das pessoas, porque não tinha como ajudá-las, hoje eu sei que o conhecimento que aprendo aqui levo para a comunidade” e completou bastante emocionada “porque além de ver a COOPATAN crescendo, fico feliz em poder ver outras comunidades, associações se desenvolvendo também, o que eu quero para mim, também quero para quem está ao meu redor, de que adianta eu comer e meu vizinho ficar com fome”

A Cooperativa possui uma fábrica de farinha, funcionando com critérios rigorosos de higiene, utilizando avançada tecnologia e tratamento de resíduos (Figura 9).



Figura 9. Sala de higienização da sala indústria de farinha - COOPATAN.

A Cooperativa possui vários parceiros comerciais, dentre eles o WALMART, G Barbosa, Que Delícia de Recife e outros mercados menores em Salvador e ainda Nego Bom em Santo Antônio de Jesus e Bebida Mix em feira de Santana. Lá é feito o doce de banana e o energético Bomba Baiana.

Desde a fundação da cooperativa a EMBRAPA é e continua até atualmente como parceiro ativo. A EMBRAPA é uma parceria necessária na disseminação das variedades, disponibilizando, cursos, e palestras. Recentemente a Cooperativa participou de uma chamada pública para São Paulo e Bahia com 194 toneladas de farinha (Figura 10).



Figura 10. Recebimento e corte da mandioca na indústria de farinha - COOPATAN.

O processo funcional da cooperativa é muito bem definido desde a entrada do produto até a sua saída. No recebimento da banana da terra, elas são inseridas dentro do tanque com sabão e sulfato de alumínio para fazer a limpeza da produção, quando mais dois outros funcionários passam a pesá-la, cortando e enchendo as caixas. Cada caixa é encaminhada para o cliente com os dados do

cooperado com nome, os dois últimos dígitos do CPF, a coordenada geográfica da área dele.

Em seguida um cartão de identificação é confeccionado e colocado no interior da caixa. Garantindo o sucesso em caso de rastreabilidade do produto com todos os dados necessários: data que colheu, quando plantou, o que usou, enfim, todo o histórico. (Figura 11).



Figura 11. Cartão de rastreabilidade do produto.

No início comercializava 30 kg de banana por mês, com aquisição da fábrica com o apoio do BNDES e dos dois caminhões a produção dobrou e atualmente já se vende 227 toneladas (Figuras 12). A COOPATAN ainda conta com três câmeras de resfriamento e uma de congelamento, área de recepção, área de saída, o que é motivo de alegria para a presidente da COOPATAN “sonhávamos com um galpão e ganhamos uma estrutura dessa”.



Figura 12. Espaço de recebimento, lavagem e separação das frutas. ³
 gastava entre 40-45 minutos para descarregar um caminhão de mandioca
 atualmente se gasta apenas cinco minutos (Figuras 13).



Figura 13. Caminhão descarregando a mandioca.

Durante a entrevista com uma agricultora familiar que chamaremos de AF1 (agricultor familiar) uma solicitação que a deixou muito satisfeita. “solicitaram uma encomenda de abacaxi, no momento em que a cooperativa possuía uma boa quantidade de abacaxi, estou vibrando de felicidade com o pedido de 2000 abacaxis, como temos esse ano uma quantidade boa de abacaxi, esse pedido chegou no momento bom, para ajudar a escoar a produção que apesar de ser

uma porcentagem pequena no faturamento da cooperativa, mas para nós produtores significa muito, é bom para fortalecer a agricultura”. (AF1)

A Cooperativa possui também uma fábrica de ração produzida a partir da mistura da casca da mandioca, casca do aipim após ser triturado, secada e torrada. (Figura 14).



Figura 14. Fábrica de ração.

Atualmente a COOPATAN é formada por 205 cooperados, agricultores que visualizam na cooperativa uma forma de alcançar uma qualidade de vida melhor, conciliando com a facilidade em ter acesso às tecnologias que aumentam sua produtividade e paralelamente permite o escoamento da sua produção, e uma série de outras vantagens como preço justo e baixo custo para a implantação de área. Neste contexto os agricultores familiares conseguem vislumbrar uma melhoria na renda e perspectiva de gerar mais trabalho.

Quando Indagada sobre as dificuldades enfrentadas na participação do PNAE, a entrevistada, atual presidente da Cooperativa salientou que o incentivo para a cooperativa é a melhoria do produtor, se ele produz bem, e se ele vende bem, esse é o objetivo “nós temos um custo e sabemos quanto cada cooperado gasta para produzir. Agente não pode definir um preço que não seja razoável para ele, eles têm investimento e precisam de um resultado. Aqueles que não têm esse domínio acabam colocando um preço mais baixo e isso foge dos nossos princípios, pois o que buscamos é uma melhor qualidade de vida para os cooperados”.

Através da parceria da EMBRAPA com a cooperativa, as famílias cooperadas tem acesso às tecnologias, técnicas de manejo do solo, produção, beneficiamento e contenção de encostas. Com o apoio da Embrapa, a COOPATAN ao oferecer acompanhamento e orientação vem decididamente garantindo uma maior qualidade e produtividade de algumas culturas como, é o caso da mandioca.

Após a implantação do Campo de Experimental no município de Presidente Tancredo Neves, a média passou de 9 t/ha para 20 t/ha de mandioca, chegando a picos de 68 t/ha em algumas propriedades (Figura 15).



Figura 15. Campo experimental.

Estudos são realizados pelos pesquisadores da Embrapa, com recomendações de variedades que melhor se adaptam as características do clima da região, podendo beneficiar o processamento mecanizado. Além do ganho financeiro, os plantadores de mandioca de Presidente Tancredo Neves comemoram o benefício emocional de manter suas famílias unidas. “Nosso trabalho está mais fácil, mas o melhor de tudo é que o povo não vai mais embora” (AF2). Nós já podemos dizer com segurança para os nossos filhos ficarem, porque todos poderão viver aqui” (AF3). A COOPATAN integra o projeto Cadeia Produtiva da Mandioca, desenvolvido pelo DLIS Baixo Sul – Programa de

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia, em parcerias coordenadas pelo SEBRAE.

Uma das preocupações dos técnicos da Embrapa Mandioca e Fruticultura e COOPATAN é minimizar ou solucionar os problemas enfrentados pelos produtores e jovens empreendedores da Casa Familiar Rural.

Para aprimorar seus conhecimentos e aplicar no campo, uma agricultora, moradora da comunidade da Várzea, município de Valença, sócia da Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN), influenciou a sua filha, de, 15 anos, a ingressar na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) em 2015.

Essa jovem, assim como muitos adolescentes que vivem na Zona Rural, desejava se deslocar para os centros urbanos em busca de qualidade de vida. Essa visão mudou a partir do ingresso a Instituição, atualmente, está no 1º ano de formação do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e se sente realizada no local onde vive.

3.5 UNIÃO DE MORADORES DE CORTE DE PEDRA

A União de moradores de Corte de Pedra é uma associação que também vem trabalhando com o PNAE, sua primeira participação em chamada pública foi em 2013, para fornecer alimentos da agricultura familiar para o programa. Até então tinham como experiência, questões ligadas a defesa do adolescente e da comunidade, mas não com áreas produtiva. Formaram uma equipe de mulheres, que passaram para fazer doce com base na fécula de mandioca, bolo, doces de banana e essa união foi um passo importante para as mulheres, muitas delas tinham terras, mas não produziam, se encontrando ociosas, por não ter essa oportunidade de produção.

Em 2014 houve uma nova participação em chamada pública, na qual foram vencedoras servindo de incentivo para se organizarem. No município existia uma fábrica, construída com recursos federais, mas que não funcionava. Essa fábrica passou a funcionar com as “meninas de moenda” e atualmente já se fabrica biscoitos, sequilhos, bolo de aipim, bolo de puba, bolo de tapioca, doces de banana, produtos processados e não processados com banana da prata e da

terra e abóbora. Esses produtos são atualmente os trabalhados para o PNAE (Figura 16).



Figura 16. Produto da Agricultura familiar.

Atualmente já se produz para um contrato maior e várias chamadas públicas para escolas do Estado, Valença, Camamu, Taperoá, Grapiuna, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Gandu, considerando um grande avanço. Uma dificuldade enfrentada pelos agricultores e que muitas vezes desestimula sua participação é que muitos deles acham que a demora é grande para receber o valor do produto. “Não temos a capacidade financeira para aguardar o prazo de espera do pagamento pela prefeitura e acabamos as vezes recusando a participação (AF4).

A Associação de Corte de Pedra também teve a preocupação em capacitar seus agricultores. Promoveu cursos através da CEPLAC para cadastrar o pessoal, o que facilitou o acesso ao PRONAF. Antes muitos deles não investiam nas suas roças, não compravam insumos porque não tinham acesso à política de crédito. Foram firmados convênios com SENAC promovendo cursos relacionados à produção e juntamente com nutricionista para conscientiza-los dos cuidados com higienização dos alimentos.

3.6 O PNAE NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

Muitas famílias se instalaram no município, conseguindo sobreviver como agricultores, ocupando áreas de pequenos lotes com relevo acidentado, passando por dificuldades e sem infraestrutura pública. Essas famílias formaram comunidades e se dedicaram a diversos tipos de plantios e criações. Entretanto apesar de toda dificuldade, encontraram meios de interagirem, trocar experiências sobre os entraves encontrados em seus caminhos, o que lhes permitiu entender as principais causas dos problemas enfrentados, levando a aquisição de novos conhecimentos, amadurecendo a consciência da coletividade, despertando a construção do movimento sindical dos trabalhadores rurais e da Agricultura Familiar, sendo os responsáveis pelas sementes lançadas que germinaram e produzem frutos até hoje.

O processo da inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar teve que ser assimilada e entendida pelas prefeituras dos municípios que passaram a reservar parte do montante dos recursos repassados pelo FNDE, no mínimo 30% para a aquisição de produtos advindos da agricultura familiar. No município de Tancredo Neves não foi diferente, surge uma grande oportunidade de mercado para os agricultores familiares locais que passaram a disponibilizar alimentos que são utilizados nas refeições designadas para a merenda escolar, utilizadas por 59 (cinquenta e nove) escolas, abrindo, assim, uma oportunidade de mercado para os agricultores familiares locais comercializarem seus produtos.

Os recursos destinados ao município de Tancredo Neves para a aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar para a merenda escolar têm aumentado gradativamente. No ano de 2015 foram destinados aproximadamente para a alimentação do estudante, R\$ 3,8 milhões.

Apesar do montante transferido pelo FNDE ao município verificou-se que o processo de inclusão de agricultores familiares ao Programa Nacional de Alimentação Escolar ainda é bastante lento. Infelizmente a publicação da Chamada Pública não é garantia de que o percentual mínimo de 30% dos recursos repassados pelo FNDE aos municípios seja utilizado para adquirir produtos alimentícios da agricultura familiar.

Foram identificados pelos gestores alguns entraves que acabam impedindo que programa realmente cumpra com o seu papel: documentação incompleta ou a falta dela por parte dos agricultores (principalmente a DAP); valor pago pelos produtos (na época de realização da pesquisa); a falta de organização dos produtores; a descentralização dos pontos de entrega dos produtos nos municípios, o que acaba por onerar o custo do agricultor.

Segundo a nutricionista da Prefeitura, as reuniões do CAE, foram agendadas uma vez ao mês e ela só conseguiu fazer uma visita às escolas, exceto as que solicitaram por algum problema, visto que durante o ano de 2015 passaram por uma série de processos, eleição novas licitações, chamada pública inadequada, troca de funcionários, atraso na entrega dos fornecedores, entrega incompleta, etc.

Houve no início certa dificuldade para eles aceitarem o PNAE “a gente chega na comunidade e os agricultores vem nos receber com sorriso no rosto, satisfeitos porque o dinheiro caiu na conta, mas precisamos ampliar o quadro de agricultores para participarem do programa” disse Valdemir Mota, o prefeito de Presidente Tancredo Neves.

3.7 OLHAR DOS AGRICULTORES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

No montante de quinze agricultores entrevistados foi unânime acharem que a parceria com PNAE, ainda é uma parceria pequena, atribuindo essa limitação percentual dos 30% pela prefeitura através da chamada pública. “Uma dessas chamadas houve a participação da cooperativa e três associações e como a prefeitura só disponibiliza trinta por cento para a participação, como todas ganharam, foi dividida entre as três entidades, o que resultou em percentual pequeno para cada entidade participante” disse um dos entrevistados.

O município de Presidente Tancredo Neves recentemente teve um problema de descontinuidade administrativa, alguns agricultores mencionaram o fato do município não estar conseguindo a chamada pública para contemplar os trinta por cento. Entramos na esfera escolar para entender que muitas vezes não há identificação do aluno com a alimentação ofertada, ou seja, existe resistência à

alguns produtos oferecidos na alimentação escolar, principalmente com alimentos que os estudantes já comem em casa, apesar de que já se observa a questão dos processados com algumas iniciativas em associações, como por exemplo, biscoitinhos da goma.

No total de quatorze entrevistados, dez mencionaram o fato de alguns jovens já seduzidos pela questão urbana preferirem alimentos processados, carecendo de cursos para as merendeiras para que estas usem de criatividade para servir a merenda. “As escolas precisam fazer um trabalho de identificação dos produtos com os jovens, para a conscientização de que muitos deles comem o que produzem” (AF5).

Durante a entrevista muitas falas se reportavam ao PAA – Programa de Alimentação Escolar. Por conveniência questionamos o que era necessário para que o PNAE fortalecesse a agricultura familiar, e como resposta a maioria dos entrevistados se queixou do percentual disponibilizado para a agricultura familiar, uma vez que no PAA não havia esse problema “trinta por cento é pouco se fosse maior, teríamos mais oportunidades de comercializar nossos produtos” (AF6).

Uma das entrevistadas falava de sua satisfação em trabalhar com agricultura familiar, “E de onde tiramos o sustento da família, juntamente com os pais, sogra, sogro, marido e filhos. “A associação contribuiu muito para a qualidade de nossas vidas, ela abriu caminho para nossa participação no PNAE” (AF7). A entrevistada (AF8) também mencionou que uma das dificuldades é relacionada ao preço que é pago “os custos da produção estão subindo, mas o valor pago pelos nossos produtos continua o mesmo”.

Quando perguntado sobre a atuação do CAE, todos os entrevistados mencionaram sobre a fragilidade do conselho com atuação tímida pela sua ligação com a gestão municipal.

Um dos entrevistados mencionou que um dos problemas enfrentados é a gestão de divulgação “não tomam como base principal o agricultor familiar, não existe planejamento e esse é um dos motivos para a prefeitura só comprar 30%, existe municípios menores e que executam mais” Para outro agricultor, que chamaremos de agricultor (AF9) é necessário um mapeamento de produção local, “a prefeitura precisa fazer chamada pública baseada nessa demanda e os agricultores para produzir de acordo a demanda das escolas”.

Para esse entrevistado é importante compreender que não se deve limitar ao que o município produz porque a produção é pequena, mas a demanda da escola e a partir daí incentiva-los a diversificar a produção. Assim produtos como tomate, pimentão, passariam a ser produzidos dentro da agricultura familiar e deixaria de adquiri-los fora, o que seria mais um incentivo para fortalecer a economia local.

Segundo agricultor familiar (AF10), a Secretaria de Agricultura perdeu a referência porque só faz executar, “precisa a consciência que o PNAE é um instrumento, um caminho que pode ser utilizado para fortalecer a agricultura familiar e melhorar a qualidade da alimentação”.

A Presidente da Associação de Corte de Pedra, há três anos trabalhando com agricultura familiar informou que uma das dificuldades enfrentadas é com relação ao material que é produzido, porque é necessário comprar materiais para chegar ao produto final já que trabalham com transformado.

O aumento dos preços dos produtos adquiridos faz com que o custo da produção aumente, entretanto o valor que é repassado pela prefeitura permanece constante. “deveria ver o preço de mercado, colocar a cotação de preço, e ao longo do ano em diante, fazer o reajuste, uma licitação anual anteriormente era de janeiro até junho, antes era assim de janeiro até julho era uma a partir de agosto até final do ano tinha outra, mas agora é apenas uma em fevereiro” (AF11).

Para ela o Incentivo ainda é pequeno, até o momento não houve a visita do secretário da agricultura, embora haja o incentivo para plantar e ampliar a roça. “faltou incentivo para participar da licitação, como também não teve a visita da nutricionista, só liga quando quer o produto, diz a quantidade e o prazo e aí, temos que cumprir e ainda tem o problema da escola, além de não haver incentivo demoram de distribuir o alimento ao aluno e por conta disso a qualidade do alimento não é a mesma que saiu daqui” desabafa. (AF13).

O agricultor familiar (AF14) de 26 anos, diretor presidente da Associação Tesoura dois, dos produtores Rurais, uma comunidade de Tancredo Neves, revelou que teve a oportunidade de acessar o PNAE, mas não conseguiu vender, devido ao preço. “Trabalha com mãe, pai e irmão e segundo ele faltam no poder público, pessoas capacitadas para estar trazendo as políticas públicas e fazerem acontecer na prática.” (AF14) e ainda o mesmo disse: O poder público não dá

muito apoio, como deveria, parece que desconhecem o grau de responsabilidade e o quanto agradece as pessoas ao acessar essa política pública”.

Com o objetivo de conhecer o universo da amostra pesquisa, os dados foram tabulados e equacionados consolidando esse perfil a seguir:

3.7.1 Sexo dos Participantes

Com essa variável foi possível identificar o sexo dos entrevistados, ou seja, 71,43% do sexo masculino e 28,57% do sexo feminino.

Tabela 1. Sexo dos entrevistados.

Gênero	Nº	%
Masculino	10	71,43%
Feminino	04	28,57%
Total	14	100

3.7.2 Faixa Etária

Entre os entrevistados, a maioria eram jovens portanto, 42,2% está entre 18 e 25 anos, o que fica demonstrada que a geração nova está engajada nesse tipo de projeto (Tabela 2).

Tabela 2. Faixa etária dos entrevistados, 2015.

Faixa etária	Quantidade	%
18-25	06	42,85
26-45	01	7,14
40-45	04	28,57
46-55	02	14,30
Acima de 55	01	7,14
Total	14	100

3.7.3 Estado Civil

42% dos entrevistados são casados demonstrando que a família esta vinculada a agricultura familiar

Tabela 3. Estado Civil dos entrevistados 2015.

Estado Civil	Quantidade	%
Casado	06	42,86
Solteiro	04	28,57
Divorciado	0	
Outros	04	28,57
Total	14	100

3.7.4 Tempo de Trabalho

(Pergunta) Há quanto tempo o senhor trabalha com agricultura familiar?

É importante notar que existe um tempo de trabalho médio e equilibrado, ou seja, não há pessoas muito antigas no projeto, nem muito novas.

Tabela 4. Tempo que trabalha com a agricultura familiar.

Anos	Quantidade	%
01- 05	06	42,85
05-10	06	42,85
11-20	02	14,30
Total	14	100

3.7.5 Envolvimento da família no trabalho

(Pergunta) Quantas pessoas da família trabalham com o senhor?

Nessa variável foi importante constatar que existe uma boa parcela dos entrevistados (78,5%) envolvendo família no projeto, e 28,5 % com toda a família participando do projeto fazendo jus ao nome agricultura familiar, o que certamente

dinamiza a renda e amplia a parceria da educação familiar com a educação profissional aliado a área rural.

Tabela 5. Envolvimento da família no trabalho.

	Quantidade	%
Ninguém	03	21,42
1 parente	03	21,42
2 parentes	04	28,58
Toda família	04	28,58
Total	14	100

3.7.6 Tempo de Fornecimento de Alimentos da Agricultura familiar para as Escolas.

(Pergunta) Desde quando fornece alimentos da agricultura familiar para a escola?

A Casa Familiar Rural de PTN tem apenas onze anos, portanto uma jovem instituição, e 42,8% dos entrevistados afirmam que há 1 (hum) ano apenas fornece alimentos para a PNAE, demonstrado com isso a necessidade de ampliação do acesso ao Programa.

Tabela 6. Tempo que fornece alimentos para as escolas.

	Quantidade	%
Menos 1 anos	06	42,86
Mais de 1 ano	02	14,30
Mais de 3 anos	03	21,42
Acima de 5 anos	03	21,42
Total	14	100

3.7.7 Orientação para o fornecimento para as escolas

(Pergunta) Como foi informado (a) da possibilidade de fornecer produtos da agricultura familiar para a escola?

Esse quesito foi importante para comprovar que o agricultor rural não está de todo desinformado, existe uma assistência técnica, a informação acontece.

Tabela 7. Informação da possibilidade de fornecer para a agricultura familiar.

	Quantidade	%
Sim	12	85,70
Não	02	14,30
Total	14	100

3.7.8 Dificuldades no Fornecimento

(Pergunta) Quais as dificuldades no fornecimento para o PNAE?

É importante notar nesse item que as dificuldades são as mesmas da agricultura convencional, o primeiro é o preço; se o preço de mercado nem sempre cobre os custos de produção do agricultor comum, imagine os preços pagos pelo serviço público que é sempre abaixo do valor de mercado. A concorrência com grandes grupos é outra dificuldade normal, própria do capitalismo (Tabela 8). Onde segundo atual presidente do Instituto, o programa de alguma forma contribui na melhoria da renda das unidades familiares e acaba sendo muito assediado pelas grandes fornecedoras de alimentos do país. “Qual é a grande rede de mercado que não tem interesse em fornecer alimentos para este programa, em qualquer eixo do governo, haja vista o montante de recurso que circula no programa?” foi um questionamento feito pelo próprio representante do Instituto.

Tabela 8. Dificuldades no fornecimento.

	Quantidade	%
Veículos Próprio Para a Entrega	02	14,30
Preferência por Produtos Orgânicos	02	14,30
Custos de Produção	06	42,85
Preço baixos	03	21,42
Concorrência com grandes Grupos	01	7,14
Total	14	100

3.7.9 Melhorias no Programa

(Pergunta) O que o senhor (a) acha que poderia melhorar no Programa?

Nesse item identifica-se a sensibilidade do agricultor e suas dificuldades, onde pede uma melhoria do preço, ou 35,7% a maior parte reivindica o preço justo, que cubra seus custos, e também reclamam da burocracia, enfim uma série de melhorias é solicitada pelos agricultores (Tabela 9). Uma das entrevistadas também mencionou que uma das dificuldades é relacionada ao preço que é pago “os custos da produção estão subindo, mas o valor pago pelos nossos produtos continua o mesmo”.

Tabela 9. Melhorias no Programa.

	Quantidade	%
Planejamento Estratégico	02	14,28
Redução concorrência com grandes grupos	02	14,28
Preço Competitivo	05	35,8
Assistência Técnica	01	7,14
Redução da burocracia	03	21,42
Outros	01	7,14
Total	14	100

3.7.10 Melhoria da Renda com a Venda de Alimentos para as Escolas

(Pergunta) A venda dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar proporciona uma melhoria na renda?

Nessa variável constata-se que o programa é bom, é vitorioso, só precisa de ajustes, pois 42,8% informa que melhorou a renda quando utilizaram o programa mesmo em meio as dificuldades do preço não competitivo. Embora 35,7% ainda diz não ter melhorado a renda em função do programa, certamente por algumas dificuldades (Tabela 10).

Tabela 10. Melhorias da renda.

	Quantidade	%
Sim	6	42,86
Não	5	35,72
Pouco	3	21,42
Total	14	100

3.7.11 Ações de Incentivo da Escola

(Pergunta) Quais ações realizadas pela escola que incentivaram a entrada de produtos locais no PNAE?

Verificou-se que sem avaliar a eficiência e o grau de investimento das ações da Escola, que apenas 42,8% dos entrevistados afirmam que a Escola, realiza treinamento com as merendeiras, carecendo de um maior incentivo neste item. Destacando-se o incentivo voltado para uma alimentação saudável com 85,71% dos entrevistados.

3.7.12 Incentivos para o Programa

(Pergunta) Quais os incentivos que tiveram da administração municipal para fornecer alimentos da agricultura familiar para o PNAE?

Por esse item o governo municipal tem ajudado, sobretudo na melhoria em estradas, redução da burocracia, oferecendo cursos e palestras, como também cumprindo papel social importante na distribuição de sementes (92,3%). Esse item foi citado por treze agricultores familiares, dos quatorze entrevistados.

3.7.13 Orientações sobre Manejo, Higiene e armazenamento de Alimentos

(Pergunta) O senhor (a) recebe informações sobre o adequado manejo, cuidados de higiene e armazenamento de alimentos?

Segundo essa variável os agricultores quase todos tem amplas informações sobre o manejo, higiene e o armazenamento de alimentos (78,5%), portanto orientação e informação não parecem ser uma das grandes dificuldades (Tabela 11).

Tabela 11. Orientações sobre o manejo, higiene e armazenamento de alimentos.

	Quantidade	%
Sim	11	78,58
Não	03	21,42
Total	14	100

3.7.14 Treinamento - Cursos

(Pergunta) Participa com frequência de cursos? Quem ou qual instituição proporciona?

Com relação aos cursos, foram citados nas entrevistas curso de cultivo e processamento de mandioca, melhoramento genético, conservação de solo, além de demonstração de equipamentos para a fabricação de farinha. Muitos produtores não tem acesso ou não tiveram acesso à educação de qualidade e estão alheios às novas tecnologias, utilizando técnicas de plantios obsoletos, o que contribuem para perpetuar a estagnação econômica e social na zona rural.

3.8 OLHAR DOS GESTORES DE ESCOLAS E GESTORES MUNICIPAIS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

No intuito de facilitar o entendimento e manter o sigilo dos entrevistados será utilizado para descrever a fala dos entrevistados as seguintes abreviações: D1, D2, D3 e D4 fazendo referência aos diretores de escolas. No momento da entrevista, D1 mencionou o fato, de que alguns alunos não valorizavam muito a merenda e que inclusive incentivava para que os mesmos também frequentassem a casa rural quando atingissem a idade permitida. A mesma quando questionada se tinha conhecimento sobre o PNAE e o CAE a resposta foi negativa.

Quando questionada sobre o porquê dos alunos recusarem a alimentação, D2 enfatizou a falta de criatividade da merendeira “quando faz farofa de banana, eles comem, mas quando é a banana in natura eles não querem, já maçã aceitam, acho que valorizam mais o que é de fora...”

Todas as escolas entrevistadas admitem que realizam algum tipo de ação para conscientizar os alunos da importância da agricultura familiar na alimentação, dentre elas: palestras informativas nas quais os alunos são informados que alguns alimentos preparados na cozinha da escola são provenientes da agricultura familiar como: o abacaxi, aipim, doce de banana e assim trabalham a importância desses alimentos em sala de aula. Algumas escolas preparam horta com ajuda dos alunos, enfatizando a importância de se garantir uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos.

As escolas entrevistadas sem exceção mencionaram que esse ano foi um ano atípico, falaram dos problemas com licitação. A descontinuidade de atividades por conta da mudança de gestão ocasionou uma licitação emergencial, levando a comprar de forma desordenada. Na verdade o processo de compra e venda, segundo um dos entrevistados carece de uma melhoria apesar do avanço, pois antes não havia compras referentes a alimentos básicos como tomate, temperos, condimentos “o feijão era feito só com feijão e água, a escola deveria ter o poder de compra, porque o que se percebe é que algumas coisas compradas não tem tanta necessidade, se a escola tivesse o poder de compra, compraria o que realmente necessitaria” disse D3.

O problema de armazenamento foi levantado por D4 “O produto poderia ser entregue para facilitar a vida do agricultor que seria nas escolas, não tem

onde armazenar o produto, e nem todo agricultor tem transporte para encaminhar seu produto”. A prefeitura por sua vez pela extensão do município não consegue buscar os produtos de todos os agricultores. Estes entregam na secretaria de assistência social e a nutricionista monitora junto ao conselho.

“Tivemos avanço, e o pouco que o agricultor entregou ficou satisfeito” disse D1. Todos os entrevistados pensam que a nutricionista tem que entender que as merendeiras das escolas tem uma grande resistência na hora de fazer o cardápio se torna mais complicado para se chegar aos 30%. Assim insistiram que a lógica do processo é a nutricionista perguntar o que o agricultor tem para comercializar para formar o cardápio dela. Ela precisa buscar essas demandas, ver quem atende as questões nutricionais.

“Com relação às sobras é falta de planejamento. O que colabora para não atingimento dos trinta por cento, é a falta de comunicação da nutricionista com os agricultores”, informou D2. “os entes de governo não se comunicam e se houvesse um sistema de gestão do PNAE tínhamos um maior controle e acompanhamento” afirmou D3.

A maior parte do corpo de secretário do município de Tancredo Neves é da zona rural e sua gestão tem realizado alguns investimentos na agricultura, apesar da crise que vem atravessando “não se pode pensar em um comércio local fortalecido, sem pensar e zelar pela agricultura familiar”. Disse o atual prefeito de Tancredo Neves.

Nascido e criado na zona rural o Secretário de Agricultura fala do seu carinho e cuidado especial com agricultura do município. O secretário assumiu em dezoito de março de 2015, de forma interina. O município encontrava-se com vários problemas e muito sucateado. “Os fornecedores da merenda escolar tinham o medo de fornecer ao programa porque não sabiam de fato o que iria acontecer”. Atualmente o PNAE e o PAA ajudam muitas creches.

Com o compromisso de valorizar cada vez mais os agricultores, existe no município a preocupação de inseri-los no mercado, com os cursos e devidas orientações. “hoje sabemos que os agricultores têm como dar conta de entrega em tempo hábil e com produto de qualidade. Existe o cuidado de orienta-los para o uso devido dos agrotóxicos, por isso fazemos várias capacitações” informou o Secretário da Agricultura.

Segundo o Secretário de Agricultura foram realizados alguns investimentos com relação à recuperação de estradas e pontes para facilitar o escoamento de mercadorias. Com relação ao percentual mínimo exigido para aquisição de produtos da agricultura familiar pelo programa PNAE, a gestão municipal já estuda a possibilidade de ampliar para cinquenta por cento, superando o limite mínimo de 30% que hoje existe, o que sem dúvida ocasionaria uma valorização ainda maior dos agricultores do município, trazendo benefícios para a região uma vez que será mais dinheiro circulando no comércio.

Quando questionado sobre o curso para merendeiras, o Secretário de Agricultura informou que tinha consciência da importância, mas que não surgiu a demanda de culinária de doces, e que essa ação não está na competência da secretaria de agricultura e que o PNAE está mais ligado a secretaria de ação social. Eles apoiam os agricultores e quem executa é ação social, inclusive o recurso vai para a ação social.

O governo dentro de sua política pública tem transferido uma série de ações. Infelizmente o governo estadual extinguiu a EBDA, o que refletiu um pouco com relação à assistência técnica. As pessoas que têm assessoria técnica conseguem melhorar sua produtividade e isso é uma possibilidade clara de melhoria no campo. Em parceria com sindicatos e associações representativas da Agricultura Familiar no município, destacamos a Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional proporciona e estimula conhecimentos voltados para ações coletivas.

O SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Tancredo Neves, atualmente a gestora responsável pelo sindicato trabalha há doze anos na entidade. O sindicato faz parte do conselho de alimentação escolar sendo formado aproximadamente por 10000 agricultores.

Nascida e criada na zona rural, a presidente do SINTRAF diz que é um prazer ver a oportunidade de uma vida melhor para os agricultores. “É uma associação que não trabalha apenas com previdência como pensam muitos moradores, mas buscam projetos, trabalham com jovem, lazer e habitação rural.” Formada por uma equipe de cinco pessoas e quatro técnicos, possui parceria com FASE e SASOP.

Durante a entrevista a gestora lembra que há um tempo não havia projetos como tem hoje, assim como a facilidade para se viver na zona rural atualmente.

“Este ano encontraram dificuldades para vender ao PNAE, esperamos que as coisas se normalizem com a atual gestão, sinto pelos agricultores cadastrados que estão com dificuldades, mas esperamos que esse ano as coisas melhorem.” Diz a presidente do SINTRAF.

Apesar de pouco tempo de gestão, a representante do sindicato fala com muita propriedade sobre a abertura que esta tendo com a atual gestão, “ele busca executar as nossas propostas, e com o diálogo estamos conseguindo resolver as coisas. Aqui existiam sessenta associações, atualmente temos apenas dez associações organizadas que dão suporte”.

Mesmo com as dificuldades, a presidente da entidade esta bastante confiante e sua confiança esta alicerçada também no fato do novo prefeito e o vice serem pessoas que vieram da agricultura, portanto presume-se que tem mais facilidade em entender a realidade e os problemas enfrentados pelos agricultores. Um dos problemas apontados pela representante do sindicato é fato dos produtores precisarem vender seus produtos, mas não tem o espaço na feira livre apropriado para expor. “A feira termina ficando pequena pela quantidade e alguns acabam perdendo parte de sua produção e ainda tem produtor que não tem o perfil de vir para feira” disse a agricultora

O Instituto do Direito e Cidadania, uma organização Social de interesse público que em 2009, assumiu o desafio de trabalhar com a agricultura familiar cuidando basicamente da geração de renda na unidade de família. O Instituto aponta o Programa Nacional de Alimentação Escolar, como fortalecedor, percebendo inclusive sua importância, no aspecto evolutivo como complemento ao PAA, Programa de Aquisição de Alimentos. No início não havia condições de todas as associações acessarem o PAA e como alternativa, agricultores passaram a acessar o PNAE.

Entretanto criticam a falta de aptidão por parte dos gestores para a aplicação do recurso para a agricultura familiar. Segundo o atual presidente do Instituto, o Programa de alguma forma contribui na melhoria da renda das unidades familiares, mas acaba sendo muito assediado pelas grandes fornecedoras de alimentos do país. “Qual é a grande rede de mercado que não tem interesse em fornecer alimentos para este programa, em qualquer eixo do governo, haja vista o montante de recurso que circula no programa?” comentou o representante do Instituto.

Apesar da existência do PNAE praticamente em todos os municípios do baixo sul, ainda sim, segundo o Instituto o Programa não é executado em sua totalidade, principalmente pela ausência de um sistema que facilite a sua gestão. O PNAE não possui um sistema transparente que facilite as informações, elaboração e o acompanhamento do quanto que foi comprado naquele período, quais os alimentos e sua procedência. “Porque tenho que consumir aipim se na minha roça tem”? Esse é também outro problema apontado pelo instituto que inviabiliza em algumas escolas o consumo por parte de alunos e que por isso necessita de uma adequação a formação das merendeiras, auxiliares de cantina para estar desenvolvendo com criatividade agregando valor aos alimentos. A diversificação de consumo vem da preparação das merendeiras e muitas escolas no processo não estão qualificadas, precisa transformar as cantinas em espaço apropriado para desenvolver os alimentos. Essa dificuldade de aceitação dos alunos poderá ser minimizada se houver essa conscientização.

3.8.1 Ações de incentivo da escola para adesão ao PNAE da Agricultura familiar.

(Pergunta) Quais as ações realizadas pela escola que incentivaram a entrada da agricultura familiar no PNAE?

Apesar do item treinamento de merendeiras ter sido apontado na entrevista, salienta que ainda existe essa carência. Outros itens como investimento em palestra sobre a importância do uso de produtos provenientes da agricultura familiar e distribuição de merenda com equidade também se fizeram presente.

3.8.2 Pontos Frágeis do PNAE- Registro CAE

(Pergunta) O senhor (a) tem conhecimento dos pontos frágeis na execução do PNAE, registrados no parecer conclusivo do CAE? Poderia informar quais são?

Essa variável se compatibiliza com as respostas dos agricultores com relação ao preço dos produtos e a forma de atualização (100%), e a quantidade de recursos do sistema (Tabela 12).

Tabela 12. Pontos frágeis do PNAE- Registro CAE.

	Quantidade	%
Poucos Recursos	02	25,0
Atualização de valores p/ pagar preço justo	04	50,0
Remuneração da nutricionista	01	12,5
Fragilidade na Implantação	01	12,5
Total	08	100

3.8.3 Incentivo para a Adesão à Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar

(Pergunta) Com relação à execução do cardápio, é importante que se tenha a preocupação com a cultura alimentar saudável. Há um incentivo para a inserção de alimentos provenientes da agricultura familiar?

Os gestores em sua maioria afirmam que buscam incentivar o uso de alimentos saudáveis em detrimento a rejeição dos jovens a esses produtos uma forma preferencial por enlatados e embutidos e produtos de marca.

3.8.4 Cardápio com produtos da Agricultura Familiar

(Pergunta) Quais os produtos provenientes da agricultura familiar presentes no cardápio?

Nas entrevistas com os executores do programa constatou-se que o cardápio é baseado em uma alimentação saudável, entretanto a compra de alguns produtos não é realizada, priorizando sua aquisição através dos agricultores familiares. Percebe-se uma barreira, quando utiliza produtos de grandes redes de supermercados ou pela preferência do paladar do aluno.

3.8.5 A Licitação como um entrave para utilização de um cardápio saudável.

(Pergunta) Ocorrem problemas com a licitação que prejudica o cumprimento de um cardápio adequado? Se a resposta for sim, com que frequência?

A licitação ou a chamada pública tem de fato sido um entrave para implementação do programa, pois 50% dos entrevistados afirmam que a licitação sempre prejudica o cumprimento do cardápio adequado (Tabela 13).

Tabela 13. Licitação como Entrave- Utilização Cardápio Agricultura Familiar.

	Quantidade	%
Sim, Sempre	02	25,0
Sim, Às Vezes	05	62,5%
Não	01	12,5%
Total	08	100

3.8.6 Auditoria Equipe Técnica de Nutrição

(Pergunta) Qual a periodicidade do acompanhamento das visitas sob responsabilidade da equipe técnica de nutrição?

A periodicidade das visitas da nutricionista varia, onde 75% afirma que a mesma só visita uma vez por mês, o que é considerado pouco tempo (Tabela 14).

Tabela 14. Período Visitas – Equipe Técnica de Nutrição.

	Quantidade	%
Uma vez por Mês	06	75,0
A cada 15 dias	01	25,0
1 vez por semana	01	25,0
Total	08	100

3.8.7 Melhorias no Processo Compra

(Pergunta) O que precisa ser feito para melhorar no processo de compra e venda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar?

Essa variável permite avaliar o processo de compra e venda de produtos da agricultura familiar e mais uma vez 75% referem-se aos preços competitivos.

Tabela 15. Melhoria Processo de Compra e Venda- Produtos Agricultura Familiar.

	Quantidade	%
Profissionalizar a agricultura familiar	02	25,0
Estabelecer Preços Competitivos	05	62,5
Auditar e Otimizar os Recursos	01	12,5
Total	08	100

4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Na caminhada dos agricultores, a renda insuficiente é ainda uma ameaça à reprodução da agricultura familiar e uma das causas que levam centenas de jovens a saírem das comunidades, a procura de uma melhoria de vida. Ações educativas, coletivas de controle social de políticas públicas, ações voltadas para o fortalecimento da organização comunitária e sindical da agricultura familiar, devem ser desenvolvidas. A inclusão social, política e econômica de jovens e mulheres agricultores também devem ser estimuladas.

A formação e a capacitação sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser uma realidade, tendo em vista que boa parte dos entrevistados não tinha conhecimento suficiente sobre o programa e por sua vez, sozinhos, não fortalecerão a agricultura familiar.

Necessariamente todos os atores do processo devem se envolver e principalmente a Prefeitura no comprometimento com a execução de qualidade, alocando corretamente as rubricas orçamentárias, intervindo quando necessário para que o programa seja corretamente operacionalizado, disponibilizando recursos humanos engajados e com motivação, ações de assessoria técnica regular e direta, até porque a formalização perante órgãos da vigilância sanitária e fiscalização tributária é uma crescente demanda e fundamental para viabilizar o acesso ao PNAE e outros programas como PAA e PRONAF.

Aliada a essa capacitação, o conhecimento de novas práticas produtivas pode ser uma solução para incrementar o volume, a regularidade na oferta, a diversidade e a qualidade da produção. Apesar de alguns agricultores conseguirem acessar o PNAE, o que é um importante avanço na comercialização da comunidade, muitos apontam que é um mercado que ainda não é suficiente para garantir o comércio regular e atribui o percentual reservado a agricultura familiar como pequeno, fazendo com que boa parte da produção não seja comercializada.

Assim sendo se faz necessário que a prefeitura reveja o limite mínimo das chamadas públicas. Por sua vez as aves e suínos que são produzidos poderiam ser mais aproveitados no PNAE, entretanto carece de agilidade por parte da prefeitura e da adequação das normas sanitárias à realidade da Agricultura

familiar do município. Aqueles que já conseguem comercializar sua criação comentam satisfeitos sobre sua experiência “meu núcleo produtivo de suinocultura vem gerando renda, infelizmente não é uma renda extraordinariamente expressiva, mas em relação à renda que eu tinha no início do programa, ela se torna bastante expressivas” palavras de um agricultor da comunidade Paó em Tancredo Neves.

Não temos um entreposto de recebimento de produtos, que seria um box, a forma de acondicionar esses produtos, uma câmara fria, por exemplo, para que ele tivesse uma longevidade maior. Atualmente ficam em frente ao estádio municipal, na ação social. A nutricionista tem o cuidado de não pegar muitos produtos, justamente pelo cuidado de armazenamento, até o momento o conselho vem fiscalizando e considera o espaço adequado.

Percebe-se que a agricultura familiar tem produção e interesse em dialogar com os nutricionistas sobre a formação dos cardápios. Havendo um compromisso do poder público com a agricultura familiar incluindo etapas de planejamento, provavelmente será mais fácil para uma adequada formação do cardápio. “Conseguiremos produzir basicamente todos os alimentos necessários para comercialização no PNAE, se trabalharmos em parceria e de uma forma orgânica ou com possibilidade mínima de agrotóxicos, até porque tem várias entidades que trabalham com essa questão da agroecologia no território que geraria ainda mais qualidade nesse produto, e com assistência nos moldes agroecológicos”. Disse o entrevistado.

O Programa realmente é muito importante e apesar de desafiador, grandes avanços já foram realizados, mas se faz necessário sua continuidade, seu fortalecimento através do compromisso dos gestores do ensino público tanto dos secretários do estado, quanto do município, prefeitos, coordenadores, diretores, professores, assim como a comunidade educativa para estimular o alcance do sucesso do programa resultando em uma política de segurança alimentar e nutricional que intensifique o PNAE como um expressivo mercado consumidor e instrumento capaz de legitimar a sustentabilidade, gerando emprego e renda, oportunizando o agricultor, manter sua família no campo, respeitando culturas, tradições e comportamentos alimentares tão diferenciados.

Fomentar a organização das associações, cooperativas, buscar mais parcerias e ações que contribuam com o desenvolvimento agrícola das unidades.

Através da internalização promovendo diálogos e debates entre sociedade civil, gestores e representantes de agricultores familiares.

Diante do exposto, apresento-lhes como desafio o esboço da construção de uma cartilha informativa voltada para o agricultor (a) familiar com o intuito de amenizar suas dúvidas e facilitar sua inserção no Programa Nacional de Alimentação (Apêndice E) Escolar. Assim, cada ator relacionado nessa pesquisa, constitui um importante apoio ao desenvolvimento rural do município e precisam caminhar juntos, com o poder público e a sociedade civil em benefício da agricultura familiar.

5. CONCLUSÃO

Esse estudo objetivou analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE como fator de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves. Após a realização de pesquisa com entrevistas estruturadas conclui-se que a parceria entre o PNAE e a agricultura familiar tem alguns entraves. Verificou-se que o agricultor tem envolvido de fato toda sua família na agricultura familiar numa forma de dinamização da renda.

A maioria dos agricultores entrevistados afirma que apenas há um ano fornece alimentos para a agricultura familiar, o que demonstra que só nos últimos anos houve uma dinamização do PNAE com a Agricultura familiar no município, uma evolução positiva do município Presidente Tancredo Neves. Entretanto, constatou-se que nos Municípios da Região Sul, por exemplo, onde a agricultura é mais avançada. As taxas de utilização do PNAE na agricultura familiar está acima das taxas da região Nordeste.

Constatou-se também que o orçamento do PNAE tem evoluído ao longo dos anos até acima da inflação, contudo não evoluiu no número de alunos atendidos, sendo necessária uma melhor avaliação do gasto do dinheiro.

Destacou-se as dificuldades da agricultura familiar no fornecimento para alimentação escolar, entre elas está o preço competitivo, isto é não cobre os custos de produção, onde agricultores e executores ressaltaram como um dos principais entraves. A concorrência com grandes redes de supermercados ou grupos é outra dificuldade citada pelos agricultores. Entretanto, observa-se que muitas das dificuldades dos agricultores familiares são as mesmas questões da agricultura convencional.

Enfim, conclui-se que o município de Presidente Tancredo Neves tem evoluído no uso do PNAE na agricultura familiar, demonstrando ser um programa estratégico e fortalecedor e que se fosse implementado a rigor, e as externalidades fossem resolvidas, os índices e ganhos seriam incalculáveis, pois visa dois lados distintos e questões cruciais da modernidade como, urbanização desordenada, fixação do homem no campo, êxodo rural, erradicação da fome, violência urbana etc. Com esse material espera-se colaborar com os agricultores, como um facilitador e que venha a suprir minimamente as carências de informações relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. vols. 28 n°s. 1, 2 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e Jan/ago 1999.

ANDRADE, R. de C. (Coord.). **A descentralização político-administrativa no Brasil fundamentação, desenvolvimento, dificuldades, perspectivas – O Programa Nacional de Alimentação Escolar** - Informações Cedec, n° 23, 1996.

BELIK, W. et al. **O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BITTENCOURT, J. M. V. F. 2007. 163 f. **Uma Avaliação da Efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto 37.106/55. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-33270-2-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 4, de 2 de Abril de 2015** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/https__mail.mda.gov_.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 8.742, De 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.ht>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.394, De 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória no 1.784, de 14 de Dezembro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1784.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caderno de Legislação. PNAE 2011**. Brasília, 2011, 221 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alimentação escolar**, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/nossos-programas/alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em: 15 fev.2016.

BRASIL. Ministério Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução FNDE/ CD/nº032, de 10 de agosto de 2006**. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2006/res032_10082006.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. Tribunal de Conta da União. (TCU) **Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.2.ed**. Brasília: TCU, 6ª. Secretaria de Controle Externo, 2004. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/alimentacao_escolar/diretrizes_operacionais_pnae_07102004.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CEPAL. **Desarrollo rural sin jóvenes?** Santiago do Chile, 1995, mimeo (LC/R. 1.599).

EMBRAPA. Visão 2014-2034: **O futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira**: síntese / Embrapa. – Brasília, DF Embrapa 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1024963/1658076/O+Futuro+de+Desenvolvimento+Tecnol%C3%B3gico+da+Agricultura+Brasileira+->

+s%C3%ADntese.pdf/ddb0a147-234d-47f1-8965-1959ef82311d>. Acesso em: 23 set. 2014.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: ConvênioFAO/INCRA, 1995.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Alimentação Escolar**, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Evolução do orçamento do PNAE 2015**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos#>> Acesso em: 22 fev. 2016.

GOMIDE, A. de Á. **Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais**. Brasília: Ipea, 2006.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. **Agricultural development an international perspective**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985. 506p.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

IBGE. **Bahia**. Cidades. Presidente Tancredo Neves. Índice de desenvolvimento humano. 2010b Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=292575&idtema=118&search=bahia|presidente-tancredo-neves|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->> Acesso em: 19 fev. 2016.

IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

MILARÉ, E. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MINAYO, M. C. de S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2010.

MORAES, M. D. C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande, n. 17, p.121-134, jun. 1998.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M. da; SILVA, T. E. M. da (Org.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.131-152.

PENA, R. A. **Êxodo rural no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/Exodo-rural-no-brasil.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

SANTOS, J. L. de C. Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo. **Revista Lusófona de Urbanismo**, n. 3, p. 2-24, 2006.

SANTTANNA. B. **História de presidente Tancredo neves - Bahia**. 2013. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Hist%C3%B3ria-De-Presidente-Tancredo-Neves/934400.html>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SCARPARO, A. L. S et al. Ações do centro colaborador em alimentação e nutrição do escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Clinical & Biomedical Research**, v. 30, n. 3, p. 302-305, 2010.

SILVA, A. V. da. **Avaliação do programa nacional de alimentação escolar em âmbito municipal: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) - Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, A. L. C.; MAMEDE, M. E. O. Estudo sensorial e nutricional da merenda escolar de uma escola da cidade de Lauro de Freitas-BA. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 69, n. 2, p. 255-260, 2010.

Universe Online. **Índices de inflação**. 2015. Economia. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/calculadoras/2013/01/01/indices-de-inflacao.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo - RS: UPF, 2001, 405 p.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

Apêndice A - Roteiro de entrevista para os Agricultores Familiares

1. Há quanto tempo o senhor trabalha com agricultura familiar?
2. Quantas pessoas da família trabalham com o senhor?
3. Desde quando fornece alimentos da agricultura familiar para a escola?
4. Como foi informado (a) da possibilidade de fornecer da agricultura familiar para a escola
5. Quais as dificuldades no fornecimento para o PNAE?
6. O que o senhor (a) acha que poderia melhorar no Programa?
7. A venda dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar proporciona uma melhoria na renda?
8. Quais os incentivos que tiveram da administração municipal para fornecer alimentos da agricultura familiar para o PNAE?
9. Quais ações realizadas pela escola que incentivaram a entrada de produtos locais no PNAE?
10. O senhor(a) recebe informações sobre o adequado manejo, cuidados de higiene e armazenamento de alimentos?
11. Participa com frequência de cursos? Quem ou qual instituição proporciona?
12. Já participou de algum curso oferecido pela Embrapa? Quais?

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

Apêndice B - Roteiro de Entrevista para gestores (Diretores de Escolas e Unidade Executora)

1. Quais as ações realizadas pela escola que incentivaram a entrada da agricultura familiar no PNAE?
2. O senhor(a) tem conhecimento dos pontos frágeis na execução do PNAE, registrados no parecer conclusivo do CAE? Poderia informar quais são?
3. Com relação à execução do cardápio, é importante que se tenha a preocupação com a cultura alimentar saudável. Há um incentivo para a inserção de alimentos provenientes da agricultura familiar?
4. Quais os produtos provenientes da agricultura familiar presentes no cardápio?
5. Qual a periodicidade do acompanhamento das visitas sob responsabilidade da equipe técnica de nutrição?
6. Ocorrem problemas com a licitação que prejudica o cumprimento de um cardápio adequado? Se a resposta for sim, com que frequência?
7. O que precisa ser feito para melhorar no processo de compra e venda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar?

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

Apêndice C (Termo para os Agricultores familiares)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada **“Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves/BA”**, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS), pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), realizada pela mestrandia Shirley de Souza Felix Suedde, (RG0476596882 SSP/BA), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rosineide Pereira Mubarack Garcia.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Tancredo Neves, BA. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de entrevista, com uso do recurso de áudio gravação, para permitir uma transcrição verdadeira das falas, sendo que somente serão utilizadas na análise dos dados as falas previamente autorizadas.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de trabalho, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades do dia a dia, a necessidade de disponibilização do seu tempo. O senhor (a) poderá ficar envergonhado ou ansioso como participante ao declarar o que acha sobre o Programa, o que mais gosta ou menos gosta e demais informações da pesquisa, nestes casos, o senhor (a) ao não se sentir à vontade em responder qualquer das perguntas, tem a liberdade de se recusar a participar da pesquisa, em qualquer fase dela, sem nenhum problema. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, da possibilidade de escolha de um ambiente que o (a) Sr (a) se sinta mais a vontade para realização da entrevista, definição de um tempo que não altere significativamente a sua

rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para agendamento da entrevista.

A pesquisa garante o sigilo dos dados informados nas entrevistas e do nome do entrevistado visando assegurar a sua privacidade; O respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos serão considerados; e por fim, se precisar marcar outro dia ou horário para realização das entrevistas o pesquisador estará disposto.

Esclarecemos que se V.S.^a aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para aumentar o conhecimento dos estudiosos envolvidos nesta área, como também a importância de um acompanhamento das reais necessidades dos Agricultores familiares do município de Tancredo Neves, Ba, para que, através dos possíveis diagnósticos das dificuldades pelo senhor (a) enfrentadas e com o resultado da pesquisa as mesmas possam ser minimizadas.

Se depois de consentir a sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Ressaltamos que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido serão mantidos por um período de cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora e da professora orientadora Rosineide Pereira Mubarack Garcia. Após este período, os materiais serão incinerados.

Como forma de retorno dos resultados o senhor(a) será beneficiado pela pesquisa indiretamente a médio e longo prazo, já que um dos objetivos dessa pesquisa é auxiliar os órgãos públicos na condução de políticas públicas, apontando o que pode ser ajustado ou melhorado, sem prejuízo aos direitos que o senhor(a) já tem como beneficiário do Programa PNAE. A partir dos resultados das entrevistas, informaremos através deste trabalho aos governantes as dificuldades enfrentadas e novas formas de atenção e apoio aos agricultores familiares do município.

O participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ao final do projeto, o senhor (a) poderá ter acesso ao

conteúdo integral do trabalho na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, ou solicitar uma cópia deste projeto sem custo algum, por e-mail ou telefone, conforme contato abaixo e esta pesquisadora irá disponibiliza-la ao senhor (a) e como benefício social poderá conhecer melhor ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e ter acesso aos procedimentos e estudos realizados por esta pesquisa. Pretende-se também após defesa realizar uma apresentação pública, para os agricultores familiares.

_____, ____/____/____

Local, data

<p>Assinatura do Entrevistado (a) /Pesquisado (a)</p>	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 80px; margin: 0 auto;"></div> <p>Espaço para impressão digital do participante, no caso de ser incapaz de assinar o consentimento.</p>
---	---

Shirley de Souza Felix Suedde - Pesquisadora
Mestranda em Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB)
FONE: (75) 9168-5852 / 8215-9096
shirleyfsuedde@hotmail.com

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos – CEP UFRB - Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas. CEP 44 380 000. (75) 3621-6850.
E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E SEGURANÇA SOCIAL**

Apêndice D (Termo para os Gestores escolares e Entidade executora)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O senhor (a) _____ está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **“Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Presidente Tancredo Neves/BA”**, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS), pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), realizada pela mestrandia Shirley de Souza Felix Suedde, (RG0476596882 SSP/BA), sob a orientação da Prof.^a Dr^a Rosineide Pereira Mubarack Garcia.

Esta pesquisa se justifica por ser importante compreender as reais necessidades dos atores sociais envolvidos no PNAE, as oportunidades e desafios para a agricultura, demandando análises mais detalhadas sobre este problema de pública relevância, sendo necessário criar novos arranjos políticos, sociais, culturais e econômicos, tendo como desdobramento, portanto a criação indicadores que potencializem e estimulem o desenvolvimento local e otimizem a participação da agricultura familiar dentro do programa.

Os objetivos da pesquisa são: analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Tancredo Neves, BA, identificar sinais de mudanças relevantes e fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, dos setores públicos, aumentar a capacidade dos agricultores familiares de responder às oportunidades e aos riscos que se apresentarem e criar indicadores para otimizar a participação dos agricultores no PNAE.

A natureza da pesquisa terá como caminho metodológico, primeiramente, a pesquisa bibliográfica, que consistirá em analisar as pesquisas anteriores por meio de documentos existentes, como livros, revistas científicas, artigos, teses, entre outras, a qual oferecerá o quadro teórico norteador das categorias analíticas, que aqui se apresentam: Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, desenvolvimento local. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de resposta a entrevista, com uso do recurso de áudio gravação, para permitir uma transcrição fidedigna das falas, sendo que somente serão utilizadas na análise dos dados as falas previamente autorizadas.

Para a coleta dos dados as técnicas utilizadas serão de Pesquisa quantitativo/qualitativa, a partir do estudo de caso dos Agricultores familiares do município Presidente Tancredo Neves, BA no período de 2013 a 2015. Propõe-se a utilização de múltiplas fontes de evidência: (1) dados secundários de documentação - Inicialmente serão realizados uma revisão de documentos federais e estaduais relativos ao PNAE termo de convênio, relatório de atividades, pareceres técnicos, abrangendo a consulta às leis, normas, diretrizes que abarcam a legislação concernente ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, embasando assim, a pesquisa através dos ditames legalísticos. (2) entrevistas – As entrevistas serão do tipo focada e semiestruturada (YIN, 2005, p.117-118), ou seja, são espontâneas e assumem o caráter informal, mas o pesquisador é guiado por um certo conjunto de perguntas do seu protocolo de estudo de caso. As entrevistas serão compostas por questões abertas e serão gravadas e transcritas, porém, garantindo a fidedignidade dos dados. Será garantido sigilo dos nomes dos entrevistados, mediante termo de consentimento livre e esclarecido.

Os riscos envolvidos nessa pesquisa são: A unidade executora/gestores pode ficar constrangida em emitir sua opinião sobre o programa e o fornecimento de alimentos da agricultura familiar, desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de trabalho, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades do dia a dia, a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, da possibilidade de escolha de um ambiente que o (a) Sr (a) se sinta mais a vontade para realização da entrevista,

definição de um tempo que não altere significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para agendamento da entrevista.

A pesquisa garante o sigilo dos dados informados nas entrevistas e do nome do entrevistado visando assegurar a sua privacidade; O respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos serão considerados; e por fim, se precisar marcar outro dia ou horário para realização das entrevistas o pesquisador estará disposto.

Esclarecemos que se V.Sa. aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para aumentar o conhecimento dos estudiosos envolvidos nesta área, como também a importância de um acompanhamento das reais necessidades dos Agricultores familiares do município de Presidente Tancredo Neves, bem como os gargalos enfrentados na operacionalização do programa, para que, através dos possíveis diagnósticos e com o resultado da pesquisa os mesmos possam ser minimizados.

Se depois de consentir a sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que o (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, na dissertação do Mestrado da UFRB e publicações em Revistas e Eventos científicos, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido serão mantidos por um período de cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora e da professora orientadora Rosineide Pereira Mubarak Garcia.

Como forma de retorno dos resultados O senhor (a) será beneficiado pela pesquisa indiretamente a médio e longo prazo, já que os objetivos dessa pesquisa são: auxiliar os órgãos públicos na condução de políticas públicas através da identificação dos sinais de mudanças relevantes, seus fatores de sucesso e insucesso, fomentar a produção de informações que auxiliem na condução de políticas e apoiem nas tomadas de decisões, aumentar a capacidade dos agricultores familiares a responderem às oportunidades e aos riscos que se apresentarem.

O participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ao final do projeto, o senhor (a) poderá ter acesso ao conteúdo integral do trabalho na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, ou solicitar uma cópia deste projeto sem custo algum, por e-mail ou telefone, conforme contato abaixo e esta pesquisadora irá disponibiliza-la ao senhor (a) e como benefício social poderá conhecer melhor ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e ter acesso aos procedimentos e estudos realizados por esta pesquisa.

_____, ____/____/____

Local, data

Assinatura do Entrevistado (a)/Pesquisado (a)

Shirley de Souza Felix Suedde - Pesquisadora
Mestranda em Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB)
FONE: (75) 9168-5852 / 8215-9096
shirleyfsuedde@hotmail.com

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos – CEP UFRB - Rua Rui Barbosa, 710, Campus Universitário, Centro, Cruz das Almas. CEP 44 380 000. (75) 3621-6850.
E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br